

**1ª REUNIÃO DO
CENTRO DE ALTOS
ESTUDOS EM CONTROLE
E ADMINISTRAÇÃO
PÚBLICA (CECAP) DO TCU**

© Copyright 2017, Tribunal de Contas de União

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

<www.tcu.gov.br>

Permite-se a reprodução desta publicação,
em parte ou no todo, sem alteração do conteúdo,
desde que citada a fonte e sem fins comerciais.

Reunião do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração
Pública (1. : 2017 : Brasília)

1ª reunião do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração
Pública (CECAP) do TCU / Tribunal de Contas da União – Brasília
: TCU, 2018.

80 p. : il., fots.

1. Controle externo – Brasil. 2. Administração pública – controle. 3.
Políticas públicas. 4. Gestão pública. I. Título.

SUMÁRIO

MINISTRO RAIMUNDO CARREIRO	7
<i>PRESIDENTE DO TCU</i>	
MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA	11
<i>SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO DE CONTROLE-EXTERNO</i>	
MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY	17
<i>DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO SERZEDELLO CORRÊA</i>	
CONSELHEIRO MURILO PORTUGAL FILHO	22
CONSELHEIRA ANA PAULA PADRÃO	25
CONSELHEIRO ANTONIO FERNANDO SANTOS NETO	28
CONSELHEIRO CARLOS AUGUSTO AYRES BRITTO	30
CONSELHEIRO CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO	33
CONSELHEIRO CLEMENTE GANZ LÚCIO	36
CONSELHEIRO DENIS LERRER ROSENFELD	40
CONSELHEIRO EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL	43
CONSELHEIRO JACKSON FARIAS SCHNEIDER	46
CONSELHEIRO JOSÉ CECHIN	50
CONSELHEIRO MURILLO DE ARAGÃO	53
CONSELHEIRO ROBSON BRAGA DE ANDRADE	58
CONSELHEIRO PAULO GUSTAVO GONET BRANCO	61
CONSELHEIRO ROBERTO LÚCIO ROCHA BRANT	63
MINISTRO AUGUSTO NARDES	66
MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO	72
ANEXOS	76
<i>Situações-Problema priorizadas para o biênio 2017-2018</i>	

Em 27 de junho de 2017 ocorreu a 1ª Reunião do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública (Cecap), Presidente do Tribunal de Contas da União, ministro Raimundo Carreiro, de acordo com a Resolução nº 263, de 10 de setembro de 2014.



**MINISTRO
RAIMUNDO
CARREIRO,**

PRESIDENTE DO TCU

É com grande satisfação que declaro aberta a 1ª Reunião Ordinária do Conselho Superior de Altos Estudos em Controle e Administração Pública do Tribunal de Contas da União.

O Centro, criado pela Resolução nº 263, de 2014, e regulamentado pela Portaria nº 303, também de 2014, tem a finalidade de produzir e disseminar, interna e externamente, conhecimentos relativos aos principais temas objeto do sistema de controle, promovendo o aperfeiçoamento da administração pública e da atuação do Tribunal de Contas da União.

Sabemos que para atingir esse objetivo precisaremos estabelecer diálogos estratégicos, qualificados e multidisciplinares com instituições públicas, academia, organizações nacionais e internacionais, além de setores representativos da sociedade, como todos estão vendo aqui, sentados neste ambiente.

Por isso, fazemos questão de compor este Conselho Superior com pessoas do mais alto conhecimento e com ampla capacidade de contribuir para a atuação do controle externo. Estamos muito honrados pelos senhores aceitarem nosso convite para essa importante missão.

Dando início aos trabalhos, declaro empossados os seguintes membros do Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle e Administração Pública: Ana Paula de Vasconcelos Padrão, Antonio Fernandes dos Santos Neto, Carlos Augusto Ayres Britto, Carlos Mário da Silva Velloso, Clemente Ganz Lúcio, Denis Lerrer Rosenfield, Everardo de Almeida Maciel, Humberto Eustáquio César Mota – ele estava no exterior, mas com a presença dos senhores aqui, nós também estamos dando posse ao Dr. César Mota –, Jackson Medeiros de Faria Schneider, José Cechin, Luiz Carlos Bresser-Pereira – também tinha um compromisso e não pôde comparecer a esta primeira reunião, mas nós também estamos lhe outorgando a posse –, Murillo de Aragão, Murilo Portugal Filho, Paulo Gustavo Gonet Branco, Roberto Lúcio Rocha Brant e Robson Braga de Andrade.

O Conselho Superior do Cecap constituiu a principal forma de estudos do ambiente externo, com o objetivo de trazer para esta Casa conhecimentos estratégicos sobre políticas públicas e sobre setores específicos da Administração Pública. Essa atuação torna-se ainda mais importante no atual momento da história, em que a sociedade, carente de serviços de

qualidade, questiona a todo momento o Poder Público e suas instituições. E pergunto: nesse contexto, o que o cidadão espera da Administração Pública? Sabemos que é legítimo e saudável que a população questione o uso dos recursos públicos. Isso é controle social. Esse comportamento se faz necessário para o fortalecimento da democracia, exige que a própria Administração se reinvente, seja mais transparente e busque alternativas e soluções para alcançar o bem comum.

O Tribunal de Contas da União tem a missão de aperfeiçoar a Administração Pública em benefício da sociedade por meio do controle externo. É uma Casa mais que centenária, criada por Rui Barbosa, e tem no bojo de sua história a marca de vários atos de coragem adotados em prol da legalidade, da legitimidade e da economicidade.

Com o mesmo espírito desafiador da época da criação do TCU, instala-se hoje o Conselho Superior do Centro de Altos Estudos em Controle da Administração Pública (Cecap), que vem ao encontro do contexto de amadurecimento institucional do TCU, que tem permitido maior abertura e interação com o ambiente externo e o aperfeiçoamento de sua estrutura e forma de atuação.

Ocorre que essa interação com o ambiente externo ainda tem muito a ser aprimorada, e isso nos demanda ações articuladas e sistematizadas, para que o TCU apresente e entregue produtos e resultados que possam influenciar a agenda e o desempenho da Administração Pública.

Ademais, permite que se criem mecanismos de escuta qualificada que gere subsídios para o planejamento e realização das ações de controle. Com efeito, o Centro de Altos Estudos consiste em estrutura potencializadora da sinergia institucional, apoiando uma atuação ainda mais proativa e alinhada às necessidades da sociedade em termos de conhecimento estratégico para formulação e implementação das políticas públicas.

Tenho certeza de que essa parceria traz ganhos muito significativos. Andaremos juntos, com foco no presente e no futuro, mirando o aperfeiçoamento da Administração Pública em benefício dos cidadãos. Assim, no decorrer desta reunião, ouviremos dos senhores avaliações acerca das situações-problema sobre as quais o TCU pretende debater-se no biênio 2017/2018, conforme material previamente encaminhado aos senhores.

Por isso, digo-lhes a todos que sejam bem-vindos. E há muito trabalho a ser feito.

A propósito, informo agora – vamos passar aos nossos trabalhos – que os pronunciamentos dos senhores serão gravados e, depois, transcritos em ata, na íntegra.

Indago se todos estão de acordo que procedamos dessa forma. (*Pausa.*)

Para finalizar, registro que, no dia 7 de novembro de 2015, o Tribunal, criado pelo Decreto nº 966, de 1890, completou 125 anos. Como parte das comemorações desse marco histórico, o TCU produziu uma medalha comemorativa, a qual tenho agora a satisfação de entregar aos Conselheiros empossados, como símbolo do nosso reconhecimento pela relevante colaboração dos senhores ao Tribunal de Contas da União.

Neste ensejo, ofereço também o exemplar do livro *Tribunal de Contas da União – Evolução Histórica e Administrativa*.

Nesse livro, os senhores vão encontrar um texto, como eu disse aqui nas minhas primeiras palavras, de muita coragem do tribunal, relatando uma passagem em que Serzedello

Corrêa, então Ministro da Fazenda, teve o primeiro problema com o Presidente da República, que, ao nomear um parente seu, recebeu do tribunal a recusa em fazer registro. E o Presidente da República, à época, determinou que ele elaborasse, já nos primeiros dias de criação do tribunal, uma reformulação deste, visto que ele não admitia a existência de uma instituição superior a ele. O Serzedello, então, disse a ele o seguinte: “Quando o senhor está dentro da lei, o tribunal está em patamar igual. Agora, quando o senhor está fora da lei, o tribunal é superior ao senhor”. O Presidente terminou por reformular o tribunal

e o Serzedello deixou o governo e foi cuidar da vida dele. Isso está registrado nesse livro.

Nós vamos fazer uma pequena apresentação aos senhores do papel do tribunal, num pequeno intervalo de tempo, e, em seguida, eu darei a palavra a cada um dos senhores, na ordem alfabética, conforme nós estabelecemos, enquanto não estabelecemos outras regras.

Então, concedo a palavra ao Secretário-Geral Adjunto de Controle Externo, Sr. Marcelo Luiz Souza da Eira, para uma breve contextualização da atuação do tribunal.



MARCELO LUIZ SOUZA DA EIRA

SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO
DE CONTROLE-EXTERNO

A tarefa é extremamente complexa, difícil, e nós precisamos realmente trabalhar juntos, precisamos dos homens de boa vontade, dos homens que conhecem os problemas e que venham se somar, trazendo a colaboração ao Tribunal de Contas.

Bom dia a todos! É uma honra poder falar para esta assembleia.

Parece-me que está desligado o microfone...

O.k.?! Está funcionando?

Então, sejam bem-vindos ao Tribunal de Contas da União.

O nosso propósito aqui é apresentar aos senhores o tribunal, um pouco além do que naturalmente já conhecem, e mostrar qual tem sido a nossa estratégia e como nós temos buscado planejar e programar a nossa atuação, selecionando temas. É por isso que foi enviada com antecedência aos senhores essa relação das situações-problema.

O TCU foi criado, conforme dispõe a Constituição, para prestar auxílio ao Congresso Nacional no exercício do controle externo. O titular do controle externo é o Congresso Nacional e o TCU exerce as suas funções em auxílio, mas esse auxílio não significa subordinação. O Tribunal de Contas da União é independente e tem que ser independente para exercer a sua atividade. E o controle externo se refere à fiscalização da boa e regular aplicação dos recursos públicos federais. Então, é esse o foco, é esse o nosso dia a dia.

Aqui, a gente poderia começar refletindo sobre isso: que Brasil nós vemos?

Cada um de nós tem uma visão do Brasil, cada um de nós percebe as realidades de forma própria, e, muitas vezes, principalmente para o cidadão, como todos nós, cidadãos, mas também para toda a população brasileira, o que aparece mais são as mazelas, são as manchas, são as dificuldades de um país que luta para superar problemas históricos, e isso se reflete, sem dúvida – não só é causa como também é consequência das mazelas da Administração Pública.

Então, quando nós vemos a complexidade envolvida nas tarefas da Administração Pública brasileira, os setores da sociedade que precisam ser atendidos, os setores em que o Governo, o Estado precisa, de fato, atuar, nós vemos que a tarefa do TCU não é fácil, e nós vemos também que esses setores têm correlações, eles se correlacionam. Quer dizer, para ter uma boa saúde, é preciso ter um meio ambiente bem conservado; para ter segurança pública, nós dependemos de infraestrutura. Tudo isso se mistura e se inter-relaciona. Muitas vezes, o TCU atua olhando cada parte dessa, mas, ao mesmo tempo, precisa atuar olhando o todo, olhando as interfaces.

Digo isso para mostrar um pouco dos desafios que fazem parte da nossa tarefa e trazê-los também para esse contexto. É a realidade que nós bem

conhecemos, aquilo que mais salta aos olhos. Nós somos um país em que o analfabetismo ainda vigora. Temos as cidades mais violentas do mundo. Estamos lá no final da lista de eficiência em saúde pública. Nossa competitividade deixa muito a desejar. Nós temos uma logística bastante deficiente. Somos campeões mundiais em homicídios. A governança pública ainda é um problema seriíssimo em nossos entes estaduais, municipais e até na União. E a corrupção – 200 bilhões desviados por ano – é um problema que tem estado muito presente no noticiário e não poderia deixar de ser na nossa vida também. Um painel da realidade que nós precisamos enfrentar e mudar. Temos lutado para isso e temos enfrentado todas essas questões.

O problema é que não temos a presunção de achar que sabemos tudo, que sabemos o caminho e que vamos resolver tudo sozinhos. Essa é a razão da instituição desse grupo, desse conselho. Essa é a razão de nós estarmos reunidos, porque a tarefa é extremamente complexa, difícil, e nós precisamos realmente trabalhar juntos, precisamos dos homens de boa vontade, dos homens que conhecem os problemas e que venham se somar, trazendo a colaboração ao Tribunal de Contas.

Nós temos o nosso mapa estratégico. Não há a intenção de que ele esteja legível, mas apenas para mostrar que nós planejamos estrategicamente a nossa

atuação com destaque para a nossa missão, como o Presidente Carreiro lembrou – aprimorar a Administração Pública em benefício da sociedade, por meio do controle externo. A nossa missão não é simplesmente punir; a nossa missão é aprimorar a Administração Pública, e isso tem consequências, quer dizer, nós precisamos estar atentos a questões de desvios de recursos, nós temos que estar atentos a desperdícios, mas também nós temos que estar atentos a resultados de política. Não basta ser honesto; é preciso ser competente, e isso o TCU tem estado sempre cobrando e exigindo.

Nesse sentido, na atual gestão do Presidente Carreiro, quatro diretrizes foram fixadas, quatro diretrizes principais: a primeira, combater a fraude e corrupção, porque não poderia deixar de ser, sempre é uma das nossas atribuições, e principalmente no contexto atual; além disso, avaliar eficiência e qualidade dos serviços públicos, uma preocupação latente na nossa sociedade, não só a qualidade dos serviços, mas também a eficiência com que esses serviços são prestados, e basta nós pensarmos na nossa saúde pública, na educação que nós vamos ver que os problemas estão aí e são muitos; outra diretriz, avaliar o resultado das políticas e dos programas públicos, que resultado efetivamente se consegue e como nós podemos ajudar a melhorar esse resultado; e finalmente promover a transparência na Administração

Pública, essa também é uma das principais diretrizes que nós temos seguido.

Nesse contexto, então, o desafio é muito grande, e nós contamos com 2.624 servidores. Pode parecer um número grande. Desses, cerca de 1.500 são auditores de controle externo.

Mas, quando nós olhamos o tamanho do orçamento de R\$3 trilhões, nós olhamos que nós temos R\$148 bilhões inscritos em restos a pagar, que é um orçamento paralelo também a ser controlado; 378 bilhões de renúncias de receitas, que são incentivos fiscais financeiros, creditícios, que são também um outro orçamento além dos 3 trilhões, além dos restos a pagar, e nós temos quase o mesmo valor do orçamento em dívida líquida, que é um tremendo desafio fiscalizar a gestão dessa dívida; 227 bilhões de transferências para Estados e Municípios, que é um valor altamente expressivo, e o recurso continua sendo federal, quando ele é transferido, então, o TCU segue o dinheiro, ele vai fiscalizar a aplicação lá no Município; 4,7 trilhões de patrimônio público, também temos essa missão de fiscalizar a gestão do patrimônio; 5.570 Municípios; e 13.420 unidades jurisdicionadas, aqui incluídos os órgãos públicos nas três esferas de Governo. Então, o que parecia uma quantidade grande de servidores não é tão grande. Comparada com outras instituições de controle

semelhantes ao TCU em outros países, nós estamos na média; nós não estamos abaixo nem acima em quantidade de servidores proporcionalmente ao orçamento fiscalizado.

Bom, então, essa é a questão: como nós podemos ir adiante sem saber o que estamos enfrentando. E, por mais que nós tenhamos informação, sempre é limitado o nosso poder de conhecer o que está adiante. Por isso a criação deste Conselho, em boa hora, para termos não só essa ajuda, mas para podermos construir juntos e focar naquilo que é mais significante. Não é possível fazer tudo, é preciso selecionar com precisão o que é mais significante.

O TCU tem adotado essa sistemática, a partir do ano passado, em quatro passos. O primeiro é conhecer o ambiente. Nós estamos, desde a gestão do Ministro Nardes, estruturados por funções de governo; as nossas unidades são especializadas em funções de governo. Nós temos uma unidade que é especialista em saúde, outra que é especialista em educação, e assim por diante, buscando conhecer do negócio, priorizar os problemas. Então, com um processo de ampla participação, ouvindo, internamente e externamente, outras pessoas, nós pedimos que sugerissem quais são as situações-problema que a Administração Pública enfrenta. E não só que sugerissem uma situação-problema, mas também que apontassem evidências dessa

situação-problema, caracterizando essa situação. Então, foram registradas 719 situações-problema, e, destas, nós priorizamos 61 – essas 61 que os senhores receberam. Os senhores receberam apenas o enunciado da situação-problema, mas por trás disso nós temos as evidências que foram apontadas e validadas em relação a cada problema desse. E aí avaliar os riscos. Então, partindo dos problemas, avaliar os riscos, avaliar a probabilidade, avaliar o impacto de eventos que possam agravar esses problemas ou que possam, de fato, trazer danos para a sociedade.

Neste ponto nós trabalhamos muito com informação. Nós temos hoje acesso às principais bases de dados da Administração e nós montamos algo que acredito que só o TCU tenha. Nós juntamos essas bases de dados e colocamos esses dados para conversar uns com os outros. Então, hoje somos capazes de produzir, de fato, conhecimento a partir da diversidade dos dados existentes nas bases públicas. Isso tem sido muito precioso e tem dado uma precisão muito grande à nossa atuação. E outros órgãos de controle têm também se beneficiado muito disso. Nós temos fornecido essa solução para diversos outros órgãos de controle que atuam em parceria conosco.

E, finalmente, propondo as ações de controle, que são, basicamente, as

auditorias que vamos fazer no período – 340 ações de controle foram previstas para este período deste ano.

Alguns exemplos de situações-problema foram distribuídos, mas eu queria enfatizar algumas. Na área de infraestrutura, por exemplo, é bem conhecida de todos a atuação do TCU na fiscalização de obras públicas. Então, este ano, por exemplo, nós temos uma auditoria grande na construção da Usina de Belo Monte, mas nós também atuamos na parte de regulação, na parte de concessões. Temos todo um trabalho sobre concessões do setor de telecomunicações, do setor elétrico, sempre visando à modicidade tarifária. Enfim, essa é uma área em que o TCU se desenvolveu bastante, mas sempre precisa de conhecimento, precisa de *inputs* para avaliar se está indo no caminho certo, se está indo na direção certa e o que precisa ser ajustado.

Em relação à área social, podemos dar alguns exemplos aqui: temos uma auditoria grande também em andamento sobre aquisições de medicamentos; temos outra, que é o acompanhamento do Plano Nacional de Educação, cuja implementação está sendo acompanhada passo a passo e avaliada criticamente.

Temos, na área de meio ambiente, um trabalho previsto sobre o Plano Nacional de Segurança Hídrica; a formulação e a implantação desse

plano. Nós queremos estar presentes desde o início para acompanhar.

Temos, na área financeira, diversos trabalhos. Amanhã, por exemplo, é a sessão de julgamento das contas do Presidente da República. Diversas realidades da nossa administração financeira surgem desse processo anual de julgamento das contas do Governo. Mas não é só isso: nós temos em andamento um trabalho extremamente relevante sobre fundos de pensão, sobre aplicações, investimentos feitos pelos fundos de pensão, um trabalho também muito importante, muito bom.

Na atividade econômica, em diversas áreas. Eu queria destacar, por exemplo: na questão fundiária, nós temos uma auditoria em andamento sobre regularização fundiária na Região Norte, na Amazônia Legal. Como recursos, nós estamos usando técnicas sofisticadas de geocontrole, imagens de satélite, tentando, com base nisso, verificar se a demarcação está adequada, se as terras estão de fato sendo utilizadas por quem é o titular ou por quem deveria usá-las.

Na área de segurança pública, como não poderia deixar de ser – o tema dos presídios ganhou repercussão muito grande este ano –, nós temos também um trabalho tentando verificar questões estruturais e tentando propor soluções para a questão

da situação do sistema prisional. Há também a segurança das fronteiras. Temos uma auditoria grande sobre as fronteiras, não só na segurança – tráfico de armas, tráfico de drogas, tráfico de pessoas –, mas também no controle de endemias e outras questões que são típicas desse ambiente de fronteira.

Diante de tudo que se falou, do desafio que nós temos pela frente e da nossa capacidade limitada, nós reconhecemos que precisamos de ajuda, e é esse o contexto desta reunião. Ajuda para quê? Resolver problemas complexos. E, para isso, nós precisamos ampliar essa sinergia, ampliar nossas conexões, perder um pouco daquele medo histórico de se relacionar com o privado, mas ter uma relação sadia. Isso o TCU vem buscando já há algum tempo e vem construindo parcerias, sem perder e sem comprometer em nada a sua independência, mas ouvindo, buscando contribuições. Temos de buscar verificar também se aquilo que o TCU considera relevante, se aquilo que nós entendemos como relevante é, de fato, o mais importante para a sociedade.

É provável que, nessa lista que os senhores receberam, esteja faltando muita coisa, é provável que ela esteja

incompleta, ou é provável que a abordagem não seja a melhor. Então, nesse contexto, contamos muito com a participação de todos. O.k.?

Na sequência, o Maurício Wanderley vai apresentar para vocês um pouco do que é o Cecap e contextualizar melhor esta reunião de hoje.

Então, Presidente, era o que eu tinha a dizer. Agradeço.

O Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley – Obrigado, Marcelo.

Bom dia a todos!

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Peço-lhe só um instantinho, Maurício.

O Sr. Maurício de Albuquerque Wanderley – Pois não.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Então, agora, nós vamos ouvir o Diretor-Geral do Instituto Serzedello Corrêa e Secretário deste Conselho, que é o Maurício Wanderley, que vai fazer uma breve apresentação para os senhores.

Está com a palavra, Maurício.



MAURÍCIO DE ALBUQUERQUE WANDERLEY

DIRETOR-GERAL DO INSTITUTO
SERZEDELLO CORRÊA

A imagem que nos pareceu mais apropriada para esse Centro é a de uma ponte, o Centro ser a ponte entre a sociedade e o TCU, uma ponte de mão dupla, com ida e volta, para recebermos informações, subsídios e sugestões, como os que esperamos, com certeza, receber deste Conselho Superior hoje, e para também repassarmos informações para a sociedade.

Bom dia a todos!

Vou ser bastante breve, porque acho que o objetivo maior nosso aqui é ouvi-los. Mas eu queria, rapidamente, fazer uma contextualização.

Estou, atualmente, no Instituto Serzedello Corrêa. Para quem não conhece, o Instituto é nossa escola de governo, é o nosso centro de desenvolvimento de educação corporativa. Estamos, então, na Secretaria Executiva e vamos ser nós que vamos fazer a interlocução mais próxima com os senhores. Desde já, eu me coloco à inteira disposição, para que possamos conversar ao longo do tempo. A ideia é a de que não tenhamos muitas reuniões como esta, é a de fazermos poucas, porque sabemos que a agenda dos senhores é bastante completa, e seria mais complicado.

Mas eu queria começar falando do Conselho e do que é o Cecap. Acho que o Presidente já fez essa abordagem no seu discurso. Mas é importante falar da gênese desse Centro, que é um sonho que foi desenvolvido aqui. Começou, por inspiração, na Presidência do Ministro Augusto Nardes. Na época, o Presidente do TCU identificou a importância de aperfeiçoarmos a interlocução com a

sociedade e de aperfeiçoarmos também a interlocução com grandes escolas nacionais e internacionais, para que o TCU ajude também que a Academia chegue junto a nós, para que possamos fazer pesquisas aplicadas. Como o Marcelo teve a oportunidade de falar, temos desafios imensos. Temos uma profusão de dados também. Temos aqui bases de dados muito ricas, o que, para a produção acadêmica, também pode ser muito importante. Nós já fizemos contato com algumas escolas nacionais e internacionais alguns anos atrás, como Harvard e Oxford e, no Brasil, a FGV e universidades públicas, e entendemos que temos um espaço muito fértil para aprofundar a integração entre sociedade, Academia e Tribunal de Contas.

A imagem que nos pareceu mais apropriada para esse Centro é a de uma ponte, o Centro ser a ponte entre a sociedade e o TCU, uma ponte de mão dupla, com ida e volta, para recebermos informações, subsídios e sugestões, como os que esperamos, com certeza, receber deste Conselho Superior hoje, e para também repassarmos informações para a sociedade. É impressionante como hoje o TCU é um grande desconhecido. Temos aí uma gama de trabalhos imensa e entendemos que a difusão desses trabalhos perante a sociedade também vai

trazer resultados muito importantes para o País. Então, a ideia é a de termos aqui um caminho de mão dupla, em que repassamos e recebemos informações, azeitando o relacionamento entre sociedade e Tribunal.

Então, basicamente, a gente entende que o Centro pode ajudar a inovar, nas nossas abordagens, e trazer informações. Nós temos hoje, no Instituto Serzedello Corrêa, um laboratório de inovação – depois haverá oportunidade de comentarmos – onde procuramos dar tratamento de forma diferente e sermos cada vez mais eficientes nas nossas abordagens.

O Marcelo comentou aqui a questão do geocontrole, um controle feito através de imagens de satélite, e esse é um trabalho do nosso laboratório de inovação que entendemos que pode avançar para outras áreas, porque reduz bastante o custo de nossas fiscalizações e aumenta a nossa eficiência. Apenas um pequeno exemplo.

Como o Cecap vai funcionar? Basicamente nós temos o Conselho Superior, que são os senhores, formado por 17 membros, sendo 16 da sociedade, e o Presidente do TCU na sua Presidência. E teremos também grupos temáticos, que vamos definir a partir dessa reunião de hoje, da oitava

dos senhores. Nós temos uma sugestão de temas para esses grupos, que serão o braço operativo desse Conselho.

O que estamos esperando do Conselho Superior, dos senhores? Basicamente essa discussão da estratégia do Tribunal. A reunião de hoje é para apresentar para a sociedade, para os senhores, quais são as linhas de ação, basicamente quais são as situações-problema sobre as quais o Tribunal vai se debruçar nesse biênio. Essa é uma discussão de alto nível em que gostaríamos muito de ouvir e receber sugestões dos senhores.

Estamos indo no caminho certo? É isso mesmo? Alguma sugestão de algum tema a mais? Onde devemos aprofundar? Esse tipo de orientação creio que será muito bem-vinda, quando a tivermos a partir do Conselho Superior.

Também estamos propondo o acompanhamento de trabalhos relevantes. Nós vamos manter os senhores informados dos principais trabalhos que o Tribunal está desenvolvendo. E temos um mecanismo de participação muito interessante que são os painéis de referência, porque ao longo das auditorias nós vamos convidá-los para que, tendo interesse, participem em dois momentos desses painéis, que

serão verdadeiros workshops de uma manhã ou uma tarde, nos quais, primeiro, apresentamos o planejamento da auditoria, o que iremos investigar, e depois apresentamos os resultados dessa auditoria. Então, será muito importante a participação dos senhores ou de quem os senhores indicarem.

Vamos encaminhar o resultado de todos esses trabalhos que estamos fazendo, para que os senhores possam conhecer o que o Tribunal está avaliando, porque, como o Marcelo teve oportunidade de dizer, o nosso desafio é muito grande e há uma amplitude de trabalho também.

A ideia é da indicação de especialistas. Sintam-se à vontade para sugerir pessoas com as quais possamos interagir, porque precisamos interagir com especialistas, escolas nacionais, escolas internacionais, a própria Administração Pública. Esses trabalhos não podem ser feitos sem uma interação com os próprios gestores, o setor privado, o terceiro setor. Nós temos organizações que lidam com esses problemas e podem vir a participar juntamente conosco desses trabalhos e, como disse o Marcelo, são sempre muito bem-vindos.

Como se dará essa interação? Basicamente vamos formar grupos

temáticos para realizar estudos e pesquisas. A nossa proposta, que gostaríamos de submeter aos senhores, é a ideia de que esses grupos temáticos tratem daquelas diretrizes da gestão do Presidente Raimundo Carreiro que o Marcelo teve oportunidade de apresentar. Então, formaríamos um grupo temático para tratar de avaliação da eficiência, da qualidade dos serviços públicos, ou seja, toda vez que tivermos uma auditoria cujo foco seja a avaliação da eficiência, esse grupo temático estará junto da equipe de auditores, das secretarias especializadas que nós temos.

Hoje, aqui no Tribunal, há 50 secretarias e, desde 2004, na gestão do Ministro Nardes, as auditorias são especializadas por temas. Nós temos secretaria nos Estados e secretarias temáticas aqui em Brasília: uma secretaria para a educação, outra para a saúde, para a previdência... A ideia é que, ao realizar essas auditorias relevantes, tenhamos o apoio desses grupos temáticos formados por especialistas, por ONGs, por pessoas do setor privado, de acordo com o foco da auditoria. Se for avaliação de eficiência, nesse primeiro grupo; outro grupo para tratar as auditorias de combate à fraude e à corrupção. Outro seria Avaliação de Resultados e Políticas de Programas e um quarto grupo temático trataria da promoção da transparência da

Administração Pública. Vamos convidar pessoas que estejam interessadas nesse tipo de assunto. E os senhores, desde já, estão convidados a se associar a esse processo ou indicar pessoas para estarem junto conosco nisso. Vamos ter encontros periódicos onde vamos apresentar trabalhos, convidar para painéis de referências e convidar especialistas da academia para incentivar, dentro da academia, a produção de pesquisa que possa ser útil para o trabalho do Tribunal e, claro, em boa medida para o trabalho da Administração Pública. Esse é um pouco do *modus operandi* que estamos pensando para os centros e para os grupos temáticos. São estes dois estágios: conselho superior e grupos temáticos.

Quais são as próximas etapas? Vamos implementar agora, no segundo semestre, os grupos temáticos, vamos solicitar a manifestação de interesse dos diversos atores, inclusive dos senhores, a participar desses grupos, vamos ter indicação de especialistas para participarem dos grupos e vamos já, desde logo, começar a encaminhar os trabalhos relacionados com a situação-problema. Em geral, temos o trabalho completo; ele é grande, mas temos hoje, no esforço de melhor comunicar com a sociedade, criado fichas resumo de apenas uma página, que é o resumo, o suprassumo do que foi encontrado no trabalho.

Então, basicamente, gostaríamos hoje de ouvi-los. Como já tínhamos encaminhado previamente as situações-problema, vamos abrir um espaço de cinco minutos para cada Conselheiro. A ideia – fiquem muito à vontade para fazer a abordagem – e a sugestão é de que vocês poderiam falar alguma coisa como: gostaria de destacar algum problema do País que julga relevante e que não consta desta lista? Poderia contribuir com o Tribunal para tratar de alguma situação-problema dessas que foram apresentadas? Indicaria algum especialista para colaborar com o Tribunal em sua estratégia? De que outras formas os senhores poderiam sugerir que o Conselho atuasse para que alcancemos os nossos objetivos?

Então, era basicamente isso.

Devolvo a palavra ao nosso Presidente, Ministro Raimundo Carreiro, porque gostaríamos muito de ouvi-los agora.

Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Feita a contextualização do Tribunal de Contas da União e do futuro deste Conselho, vou colher a manifestação dos senhores, começando pela Ana Paula Padrão.

Em seguida, se o Dr. Murilo Portugal concordar... O Dr. Murilo tem um compromisso... Ele falaria em primeiro lugar?

A sr^a Ana Paula Padrão (Fora do microfone.) – Pois não, por favor, Murilo.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Você tem tempo?

(Intervenção fora do microfone.)

A sr^a Ana Paula Padrão – Você me faz me sentir mais à vontade desse jeito.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Então, está com a palavra o Dr. Murilo Portugal.



MURILO PORTUGAL FILHO

CONSELHEIRO

Eu acho que nós deveríamos, em torno desse foco de analisar a baixa efetividade, eficácia e eficiência na administração das políticas públicas, focar naqueles temas que são os setores onde o Governo gasta mais dinheiro, que são educação, saúde, segurança, ou setores que são anseios da sociedade.

Obrigado, Presidente. Obrigado, Ana Paula. Eu agradeço aqui o convite para participar deste evento e para participar de um grupo tão ilustre como esse, mas principalmente esse desafio de procurar auxiliar o Tribunal nessa atividade.

Recebemos essa lista de 61 temas, um resumo de 719 situações. Como mencionou o Secretário, é difícil atuar, sem perder o sentido do todo, em cada um. Então, vou tentar organizar a minha apresentação dizendo o que eu acho que é o problema mais relevante e como organizar a lista em torno desses problemas mais relevantes.

Acho que o tópico citado como número um, que é a baixa efetividade, eficácia e eficiência da Administração na execução de políticas públicas, talvez seja problema mais relevante ainda do que a corrupção, que é muito importante aqui no nosso País.

Temos, nessa lista, temas de grande abrangência e temos temas muito específicos como, por exemplo, a revisão do pedágio nas obras da Serra do Cafezal, na BR-116. Então, eu acho que nós deveríamos, em torno desse foco de analisar a baixa efetividade,

eficácia e eficiência na administração das políticas públicas, focar naqueles temas que são os setores onde o Governo gasta mais dinheiro, que são educação, saúde, segurança, ou setores que são anseios da sociedade.

Então, eu priorizaria esses temas. Por exemplo, quanto à segurança, eu priorizaria o número 6 da lista, bem como o 46, que se refere ao controle das fronteiras; quanto à saúde, eu priorizaria os números 31 e 32, que dizem respeito à grande quantidade de postos de atendimentos inacabados e irregularidades na aquisição de medicamentos; quanto à educação, eu manteria os três itens que foram mencionados, que são o 34, o 50 e o 56; e, quanto à corrupção, há lá o risco de uso inadequado dos bancos públicos, do FGTS, da previdência, da Funsep e da Previ, que são os itens 4, 19, 23, 43 e 53 da lista.

Eu acho que há dois outros tópicos que, embora ainda não sejam grandes preocupações, eu gostaria de mencionar também, quais sejam o tema dos bancos públicos e da eficácia da atuação do Judiciário.

Quanto aos bancos públicos, nós temos aqui dois tópicos: o 20 e o 35. E, quanto ao Poder Judiciário, que tão relevantes serviços vem prestando ao País e que tem um potencial

de se afirmar ainda mais fortemente na estima popular do que já vem se afirmando, seria importante examinar esse tema também da eficiência e da economicidade. Eu acho que a morosidade do Judiciário, que é reconhecida pelos próprios membros do Poder, é um problema, pois decidir tarde sobre direitos pode significar não reconhecê-los.

Então, eu acho que os dois temas que foram listados – a fragilidade do sistema de controle interno do Judiciário e a morosidade, tanto do Judiciário como do Ministério Público – são temas importantes também.

Finalmente, eu queria me referir a um tema que não está mencionado aqui, mas que o senhor trouxe, Presidente, ao mencionar o conflito que surgiu quando o tribunal foi criado, mais especificamente quando o Ministro Serzedello Corrêa pediu demissão para não assinar um decreto reduzindo as competências do tribunal.

Eu acho que essa questão é a seguinte: por que o exercício da competência do tribunal de examinar a economicidade, a legalidade e a legitimidade do gasto público, mesmo quando é fundamentado em auditorias técnicas, tem sido fonte de

crises e de acusações de insegurança jurídica entre o Governo, entre os fornecedores do Governo no setor privado?

Esse é um tema sobre o qual eu acho que nós deveríamos talvez pensar um pouco. O que gera isso? Talvez fosse necessário que os gestores públicos e os fiscais do tribunal chegassem a um entendimento comum sobre o que é o embasamento legal de um ato administrativo. Talvez isso conseguisse reduzir um pouco esse tipo de conflito.

Eu vejo que o meu tempo está se esgotando. Então, vou terminar por aqui, agradecendo a gentileza de os senhores terem me ouvido em primeiro lugar. O Presidente disse que

ia começar em ordem alfabética, mas, examinando uma outra ordem, talvez seja um critério começar dos mais juniores aos mais sábios e notáveis, e eu estou iniciando esse critério. *(Risos.)*

Muito obrigado, Presidente.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Muito obrigado.

Eu quero dizer aos senhores que essa lista é meramente sugestiva. Os senhores poderão pontuar o que desejarem.

Vamos voltar à lista normal.

Está com a palavra a Ana Paula de Vasconcelos Padrão.



ANA PAULA PADRÃO

CONSELHEIRA

Acho que esse núcleo formado aqui talvez seja a exceção que confirme a regra. Nunca tivemos homens públicos tão pouco qualificados exercendo o poder e tantas mulheres muito qualificadas fora de cargos públicos e postos de comando importantes.

Primeiro, muito obrigada pelo convite, Ministro. É uma honra estar entre cabeças tão coroadas, algumas com as quais eu tive a oportunidade de conviver em momentos muito importantes do Brasil, como o próprio Murilo Portugal e o Everardo Maciel, que está ali também.

Acho que esse núcleo formado aqui talvez seja a exceção que confirme a regra. Nunca tivemos homens públicos tão pouco qualificados exercendo o poder e tantas mulheres muito qualificadas fora de cargos públicos e postos de comando importantes.

Os senhores já perceberam que eu, como única representante feminina neste Conselho, terei necessariamente de advogar as questões de gênero, porque, se eu sair daqui sem fazer isso, algumas das 2.624 funcionárias do TCU vão me pegar ali fora. *(Risos.)*

E por que é muito importante? O Murilo falou uma coisa muito interessante: existem responsabilidades públicas que são essenciais, que são fundamentais, que giram em torno de educação, saúde, segurança pública. Acho que essas questões são

prioritárias e devem ter um acompanhamento realmente muito forte e mais rigoroso do TCU.

Algumas questões de gênero, obviamente, não dizem respeito às competências do TCU, mas muitas, sim. E em todas elas, em todas essas questões importantes sobre as quais o Brasil se debate – inclusive apesar da corrupção endêmica que vivemos –, há um viés feminino muito importante. A questão da violência contra a mulher, por exemplo, que está no centro da discussão sobre a educação, que está no centro da discussão sobre segurança pública, e que está no centro da discussão sobre atendimento público de saúde. Essa é uma questão fundamental que poderia ser objeto de fiscalização do TCU. Temos 499 Delegacias de Atendimento – ou com algum atendimento – à Mulher no Brasil. Parece um número grande para uma secretaria que atende a uma política pública tão recentemente formada, mas não é. Em Estados como a Bahia e o Ceará, por exemplo, temos uma Delegacia de Atendimento à Mulher para cada um milhão de habitantes, o que é um claro absurdo.

Obviamente, a mulher não se sente minimamente à vontade para recorrer a essas delegacias, tanto que a

subnotificação, em casos de estupro e violência contra a mulher, é gigantesca. Estima-se que pelo menos 70% dos casos não sejam notificados. Pelo menos isso. Há um estudo do Ipea muito recente que fala em 527 mil estupros por ano no Brasil, o que dá, mais ou menos, um estupro a cada minuto. Esse é um dos maiores índices do mundo. Estupro e violência contra a mulher no Brasil é cultural? Eu acredito que é cultural. Então, passa, sim, pelo debate não só de saúde pública e de violência, mas também pelo debate de educação.

Esses são temas perfeitamente pertinentes a essa discussão, mas eu acho que eu estou colocando isso na mesa porque acredito, sinceramente, que ser a única representante aqui do gênero não é exatamente confortável, e eu acho que, nesses grupos temáticos, quanto mais a gente abrir para outras mulheres muito mais qualificadas do que eu na sociedade, para trazer um viés específico feminino para esta discussão, mais se poderá gerar ganho para todos nós. Muitos estudos no mundo dizem que empresas privadas em que mulheres ocupam cargos de diretoria, cargos importantes, cargos nos conselhos são mais lucrativas. Obviamente, não é porque a mulher é mais lucrativa do que o homem, mas porque vieses diferentes

chegam a resultados melhores, chegam a resultados, no mínimo, menos previsíveis. Eu acho que seria um ato de coragem de um conselho tão masculino inserir outras mulheres nessa discussão, nos grupos temáticos; eu acho que traria um ganho expressivo para os resultados dessa iniciativa.

Então, é isso. Muito obrigada.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Quero dizer também que os cinco

minutos que nós estabelecemos eram sugestivos. *(Risos.)*

A palavra é dos senhores. Se os senhores precisarem – não, eu preciso de sete, de dez minutos –, o espaço é dos senhores.

(Intervenção fora do microfone.) (Risos.)

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Então, agora vamos ouvir o Dr. Antonio Fernando dos Santos Neto.



**ANTONIO
FERNANDO
SANTOS NETO**
CONSELHEIRO

Se eu tenho uma dívida pública que é 50% do meu orçamento, alguma coisa eu tenho que fazer para olhar como é que isso está acontecendo com ela; e hoje ela é 48,2% do orçamento previsto para o próximo ano ou para este ano. Se a gente não atentar para isso, eu acho que, inclusive, nós não daremos uma grande contribuição.

Bom dia a todas e a todos!

Primeiro, é uma honra inenarrável participar de um grupo tão seleta e num órgão tão importante como é o TCU.

Saúdo aqui o nosso Presidente e o nosso Ministro, que me notificou da possibilidade de integrar isto aqui.

Eu sou um dos mais novos aqui, dentro daquela linha de que falou o Murilo Portugal. Não é? Toda vez, como participante do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, em que o Ministro José Múcio foi, inclusive, coordenador, nós sempre queríamos ouvir o TCU, fazer parcerias com o TCU, dentro daquelas coisas que discutíamos dentro do Conselho. E, ao me deparar agora com essa lista com mais 700, 719 situações-problema, eu até, olhando essa 61, eu já fico perplexo. *(Risos.)*

Vejo coisas aqui bastante interessantes, mas eu quero começar já com uma que não consta aqui, que eu acho que é um dos problemas principais que deve estar entre os 700, que eu até vi por lá, na apresentação genérica, que é a questão da dívida pública. Se eu tenho uma dívida pública que é 50% do meu orçamento, alguma coisa eu tenho que fazer para olhar como é que isso está acontecendo com ela; e hoje ela é 48,2% do orçamento previsto para o próximo ano ou para este ano. Se a gente não atentar para isso, eu acho que, inclusive, nós não daremos uma grande contribuição.

Tenho participado de discussões a respeito dela, do sistema dessa engrenagem da dívida que faz com que ela cresça numa progressão geométrica a cada momento, que daqui a pouco vai ser algo incontornável. E vejo outras questões aqui. O Murilo Portugal foi muito feliz nas colocações que fez sobre a questão da baixa efetividade, eficácia e eficiência da Administração, ações nas fronteiras.

Agora, eu também listaria... Tenho participado de acordos de leniência, ou seja, da discussão sobre acordos de leniência. Fiz parte, inclusive, de um grupo de centrais que apoiou a possibilidade de você ter uma legislação, porque o País parou, a partir de dezembro de 2014, em face de todos esses escândalos envolvendo todas as grandes empreiteiras do Brasil. Ou seja, essa dificuldade de calcular prejuízo no contexto da negociação do acordo de leniência ou até os próprios acordos de leniência, para que a gente possa retomar a economia, ou seja, penalizar CPF e isolar CNPJ, seria uma das questões bastante interessantes para a gente poder analisar.

Faço também minhas as palavras da Ana Paula no sentido de que se pudesse incorporar naqueles subgrupos temáticos mais mulheres na questão de gênero. Isso seria importante.

Mas há um item também que considero aqui interessante. Na discussão da reforma da previdência, uma das grandes colocações que temos feito

é o passivo das empresas para com a Previdência. Então, o item 27, que é a baixa recuperabilidade dos créditos tributários e da dívida ativa, também para nós é muito importante, porque são 500 bilhões que estão lá, só que o próprio INSS e o próprio Governo dizem: são incobráveis. É uma brincadeira dizer para mim que as dívidas para com o INSS são incobráveis. É inaceitável ouvir isso.

Fiquei também... Sobre o 48, a morosidade de que falou o Murilo Portugal... Mas o 60 me chamou atenção, a baixa eficiência e a capacidade de entrega por parte das empresas de TI públicas. Eu queria até entender um pouco mais o contexto disso, porque, realmente, a grande dificuldade das empresas, principalmente empresas governamentais, é a Lei nº 8.666, a Lei de Licitações, que não trabalha com preço/performance, trabalha mais com preço. Então, você, ao comprar por preço mais barato... Quando você terceiriza serviço de informática, que é altamente especializado, por preço, você automaticamente ou está precarizando, ou não vai receber o serviço, ou vai receber serviço de péssima qualidade. Talvez seja esse... Então, eu também sugeriria que déssemos uma olhada nisso. Mas eu começaria realmente com a dívida pública. Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Com a palavra o Ministro Carlos Ayres de Freitas Britto.



CARLOS AUGUSTO AYRES BRITTO

CONSELHEIRO

Instituição que se dá ao respeito é a que funciona bem, e ela só funciona bem se for fiel às suas finalidades, claro. Mas, para que elas sejam fiéis às suas finalidades, é preciso que seus membros, seus dirigentes, seus servidores sejam fiéis a elas, às instituições. Uma coisa puxa a outra.

Bom dia a todos. Presidente, em seu nome eu saúdo todos os demais membros deste Conselho.

Estou feliz, honrado por me encontrar aqui em tão boa companhia e no âmbito de uma instituição pública estratégica, absolutamente necessária, proteína imprescindível à saúde do organismo estatal, que é o TCU, êmulo, paradigma para todo o sistema de Tribunais de Contas do Brasil.

Eu fui do Tribunal de Contas do Estado de Sergipe como um dos membros do chamado Ministério Público de Contas. Interesse-me muito pelo tema Tribunais de Contas. Já escrevi muitas vezes sobre ele, fiz muitas conferências, e me preocupo, principalmente, Sr. Presidente, com o bom funcionamento do sistema tribunal, dos tribunais de contas, a partir do TCU.

Nas situações-problema – no singular: situações, traço, problema – priorizadas para o biênio, eu vejo grandes temas, todos muito bem selecionados, intrinsecamente importantes, mas não vi um que é a minha prioridade, sempre foi objeto da minha centrada, focada preocupação: o bom funcionamento dele mesmo, o TCU.

Ele tem que funcionar bem para bem exercer o seu papel institucional. Não basta existir, é preciso funcionar.

Hoje, temos uma mentalidade coletiva muito boa culturalmente, que é a da prioridade das instituições sobre as pessoas. A vida pública e a vida privada também, social, ambas devem gravitar em torno das instituições, e não em torno, fulanizadamente, de beltrano ou sicrano. Dizia Brecht: “Triste de um povo que precisa de heróis.” Nós precisamos é de instituições, porque elas são o reino da impessoalidade, da permanência, do controle social. Então, eu me preocupo muito com essa dicotomia: existência e funcionalidade.

Volto a dizer: não basta existir; é preciso funcionar, e funcionar bem. Instituição que se dá ao respeito é a que funciona bem, e ela só funciona bem se for fiel às suas finalidades, claro. Mas, para que elas sejam fiéis às suas finalidades, é preciso que seus membros, seus dirigentes, seus servidores sejam fiéis a elas, às instituições. Uma coisa puxa a outra. Quem é fiel à sua instituição propicia esse estado favorável de fidedignidade dessa ou daquela instituição às respectivas finalidades.

Então, eu vou me preocupar muito aqui neste Conselho com esse meu

papel de controlar o próprio TCU. Em sala de aula, mestre Velloso, eu me preocupo mais com o sujeito cognoscente – viu, Paula, Murilo, Everardo? – do que com o objeto cognoscível. Eu quero saber do sujeito cognoscente; depois é que vou saber do objeto cognoscível. Eu quero saber do TCU primeiro; depois quero saber da Administração Pública.

Agora, como temos que escolher uma prioridade nestes tempos de crise, eu colocaria ênfase no combate tenaz, eficaz, incessante ao patrimonialismo, agravado no Brasil pela participação negativa do próprio mercado para as disfunções desse patrimonialismo nosso. Ele, em si, já é uma grande disfunção. Então, eu sugeriria ao TCU que cuidasse, em especial, da corrupção sistêmica, no sentido de combatê-la com toda a eficiência possível, porque é pelo ralo do patrimonialismo, pelos seus três conteúdos principais, quais sejam, corrupção endêmica – Paula falou disso –, desperdício irresponsável de dinheiros públicos e corporativismo, espírito de corpo; é por esses ralos que desce o dinheiro de que o Brasil precisa para ser, em rigor, um país desenvolvido.

Einstein dizia assim – estou vendo que o tempo aqui está encerrado –, ele

que foi um grande frasista: “Loucura é querer resultados diferentes fazendo-se sempre as mesmas coisas.” E também disse: “Quando a mente humana se abre para uma nova ideia, é impossível retornar ao tamanho inicial.”

A sociedade brasileira concebe, hoje, em torno do combate eficaz à corrupção endêmica, notadamente, um juízo de absoluta imprescindibilidade. Acho que o Tribunal de Contas se dará ao respeito como instituição e servirá muito bem ao País se

priorizar, se fizer, entre suas políticas públicas, aquela que me parece de absoluta prioridade, que é o combate eficaz à corrupção endêmica, sistêmica, que, como todos sabem, é perpetrada por pessoas de punhos de renda e de colarinho branco, numa metáfora coloquial corrente.

Obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Está com a palavra o Dr. Carlos Mário da Silva Velloso.



CARLOS MÁRIO DA SILVA VELLOSO

CONSELHEIRO

Se não realizarmos como que essa limpeza naquilo que é base da nossa democracia – a democracia possível, que é a democracia representativa, qualquer combate à corrupção será inócuo.

Sr. Presidente, Raimundo Carreiro; Srs. Conselheiros; meus colegas, estou certo de que este Centro de Altos Estudos vai prestar bons serviços ao Tribunal de Contas da União e, sobretudo, à sociedade brasileira.

Gosto muito de chamar, de convocar a sociedade para ajudar a resolver os problemas, a equacionar os problemas, a fazer planos de como enfrentar os grandes desafios. Na Presidência do TSE, de 1994 a 1996, convoquei também uma grande comissão, que a imprensa, a mídia chamou de Comissão de Notáveis, e fizemos grandes avanços. Estou vendo aqui um ou outro participante dessas comissões que se repetiram, inclusive, em 2005, como o Dr. Everardo Maciel, um grande trabalhador.

Mas quero dizer que é importante, portanto, essa participação, porque aqui estamos colaborando com o Tribunal de Contas da União e com a própria sociedade brasileira.

Sr. Presidente, temos aqui um painel de grandes temas. Eu me impressionei com alguns deles. É claro que pensei, primeiro, no que está posto no item 47 e no item 48, a fragilidade do sistema de controle interno do Poder Judiciário e a morosidade do Judiciário e do Ministério Público da União. Esse item 48 é uma

mazela. E sempre estamos perdendo o bonde. Não fazemos a reforma que é necessária. Elaboram-se códigos, há cópias de códigos já existentes, uma coisa ou outra, passa-se um batonzinho, mas realizar mesmo aquilo que é preciso não temos visto. Então, Sr. Presidente, achei interessantíssimos esses dois temas postos à consideração do Conselho.

Impressionou-me o tema do item 1: baixa efetividade, eficácia e eficiência da Administração Pública na execução das políticas públicas. É importante que nos debruçemos sobre isso.

Risco de deficiência na fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar. Isso é uma realidade. E esse risco de deficiência, eu até acho que já o superamos; já estamos no risco quando a imprensa noticia quantos desatinos foram praticados nesses fundos de pensão com prejuízo aos servidores. Então, eu acho que cabe realmente ao Tribunal de Contas da União uma efetiva fiscalização.

Risco de corrupção na governança dos bancos federais, do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, dos fundos de investimentos do FGTS, da Fundação dos Economiários Federais

(Funcef) e da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). Realmente, essas questões estão, inclusive, na base da séria crise ética por que tentamos passar.

E, Sr. Presidente, déficit de vagas no sistema prisional brasileiro: isso está muito ligado à questão do Poder Judiciário.

Falta de transparência nos desinvestimentos da Petrobras. Eu digo: a falta de transparência, de modo geral, é dessas empresas estatais. Eu recebi há pouco um vídeo de um membro de uma entidade estatal que faz denúncias seriíssimas. E cheguei a conversar com uma pessoa que integra e integrou altos postos na Administração indireta, em empresas estatais, que me disse que há dezenas de gerentes, dezenas de pessoas que não fazem nada; isso tudo absorvendo dinheiro da estatal e levando-as a crises. Desse modo, estudar isso, aprofundar-se nisso seria muito importante.

Sr. Presidente, eu acho que devo encerrar também, mas não encerraria sem sugerir um tema à nossa apreciação. Quando falamos que devemos combater a corrupção – e devemos combater a corrupção, sem dúvida nenhuma –, nós não atentamos para

a base: realmente, Sr. Presidente, é preciso realizar uma reforma política. O Congresso aí está, fragilizado, mas devíamos tentar prestigiá-lo, porque, ruim com ele, pior sem ele. Sem Congresso não há democracia, sem Parlamento não há democracia.

Mas eu quero dizer, Sr. Presidente, que ele não tem a cara do Brasil. E não a tem por quê? Porque esse sistema proporcional que praticamos, puro, que só se pratica no Brasil e na Finlândia, está seriamente comprometido com o poder econômico e com o poder político. Então, por que não cuidarmos disso também aqui? Porque se não realizarmos como que essa limpeza naquilo que é base da nossa democracia – a democracia possível, que é a democracia representativa –, qualquer combate à corrupção será inócuo.

Também, por que não pensar num grupo de trabalho para examinar o que precisamos fazer em termos de reforma previdenciária? E daria a palavra ao Dr. Everardo Maciel. Não podemos deixar de lado pelo menos um estudo, ainda que ligeiro, sobre a reforma tributária.

Vejam, meus eminentes colegas, veja, Sr. Presidente, que teremos um mundo de trabalho, um mundo de trabalho que nos satisfaz, porque eu penso que estaremos trabalhando em favor da sociedade brasileira.

Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Está com a palavra o Sr. Clemente Ganz Lúcio.



CLEMENTE GANZ LÚCIO

CONSELHEIRO

Essa crise é marcada fortemente pela nossa capacidade de construir desentendimentos e de bombardear qualquer ponte de diálogo social. Creio que uma iniciativa como esta é um testemunho contrário a isso, justamente porque vai no sentido de reunir em um espaço uma capacidade institucional e o conhecimento que as pessoas aqui trazem para enfrentar uma enorme agenda de problemas [...].

Bom dia.

Em primeiro lugar, queria agradecer o convite para estar aqui participando deste Conselho.

Saúdo o Presidente pela iniciativa, o Múcio pelo convite. É um prazer estarmos novamente juntos. Estivemos juntos no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social. E queria saudar a iniciativa da constituição deste Conselho neste momento em que o País vive uma das mais graves crises institucionais que nós já passamos na nossa República e, no pós 88, é com certeza a mais grave crise institucional.

Essa crise é marcada fortemente pela nossa capacidade de construir desentendimentos e de bombardear qualquer ponte de diálogo social. Creio que uma iniciativa como esta é um testemunho contrário a isso, justamente porque vai no sentido de reunir em um espaço uma capacidade institucional e o conhecimento que as pessoas aqui trazem para enfrentar uma enorme agenda de problemas, que tem provavelmente capacidade de explicar por que nós, voando alto, não encontramos teto para pousar, no presente, a construção do nosso

futuro. Ou seja, estamos numa sociedade que não acha possibilidade de pousar, no presente, diálogo social capaz de construir o futuro de uma das maiores economias do planeta.

Portanto, esta economia, este País com essa capacidade, que já tem essa presença no mundo, depara-se com um conjunto de problemas que aqui estão relacionados. Provavelmente, se abríssemos a carteira dos 719 problemas, teríamos convergência em entender que são 719 problemas que, de fato, criam obstáculos estruturais ao que poderíamos reunir em um projeto de desenvolvimento nacional.

Então, a primeira questão: é fundamental que tenhamos, neste espaço, um espaço de diálogo nos grupos de trabalho. Considero que a metodologia proposta é interessante. Ela, na verdade, permite exercitar, para além da democracia representativa, possibilidades concretas de experimentação de democracia participativa, em que a sociedade complementa, no espaço institucional da nossa democracia, formas de participação em que as organizações, personalidades, pessoas trazem para o seu conhecimento capacidade cognitiva para ajudar o Estado brasileiro a enfrentar esses graves problemas que estão aqui indicados.

Eu queria dizer que considero fundamental – olhando o nosso futuro, não consigo vê-lo sem termos isto – termos um Estado forte, um Estado forte com capacidade de estabelecer relações com o setor privado, fundamentalmente, numa economia como a nossa, fortemente orientada por um grande investimento em infraestrutura econômica e social, articulando o setor público e o setor privado, por uma clara estratégia de desenvolvimento produtivo, fortemente induzido por uma indústria robusta. Então, nós precisamos olhar para isso como base para selecionarmos esses nossos problemas. Creio que aqui estão colocados vários elementos – faltam talvez alguns – que poderiam ser aprofundados no sentido de dar ao Estado brasileiro essa capacidade de indução da ampliação da nossa capacidade de estruturação de infraestrutura, especialmente, hoje, a infraestrutura urbana – mais de 85% da população brasileira moram em cidades que vivem um caos generalizado em várias áreas em termos de infraestrutura econômica e social.

Eu queria também relembrar quatro ou cinco aspectos, de forma muito rápida, que poderiam ser estruturantes deste nosso debate. Nós fizemos, no Conselho, Ministro – eu não sei se o Ministro lembra –, a pedido do

Presidente à época, um debate sobre quais seriam as prioridades estratégicas para o País, e tivemos um resultado depois de um ano de debate entre os Conselheiros – eu não lembro se o Robson estava no debate, mas eu me lembro bastante do Piva participante pela Fiesp e de outros Conselheiros que lá estavam. Esse resultado trouxe, creio eu, quatro referências que nós poderíamos ter aqui, porque foram resultado de um diálogo profundo e de escolhas do que deveriam ser elementos determinantes para pensar o futuro do Brasil.

Naquele Conselho, com mais ou menos cem pessoas, nós concluímos por unanimidade que não é possível pensar o Estado brasileiro e a política pública sem ter a centralidade do enfrentamento do problema da desigualdade. Se há algo que, estruturalmente, nos impede de olhar o futuro, é que a nossa desigualdade se constituiu em um obstáculo intransponível se não tivermos a clareza de enfrentá-la e de superá-la. E, naquela oportunidade, na montagem daquela agenda de desenvolvimento, nós concebemos também como elemento de coesão naquele Conselho que o princípio da equidade deveria ser algo que orientasse a formulação das políticas públicas. E creio eu que, em boa parte desses problemas que estão aqui colocados, esse elemento deveria estar destacado.

A segunda questão fundamental que nós tratamos lá foi a importância da educação – e aqui também está colocado – como elemento estruturante de desenvolvimento da capacidade cognitiva desta sociedade em poder desenvolver seu projeto de emancipação econômica e social.

A terceira dimensão que nós colocamos como elemento central foi a articulação das instituições para o desenvolvimento da produtividade, entendendo produtividade aqui como sinônimo de desenvolvimento.

O quarto elemento que nós destacamos foi a urgente e permanente atuação no sentido da modernização e do destravamento do Estado brasileiro nessa perspectiva.

E, como elementos estruturantes de um pensamento construído com base no diálogo social, há urgência de termos coesão em torno de reformas estruturantes para o País – várias delas: a reforma política, a tributária, a da previdência, a trabalhista, a sindical. São várias reformas, todas elas, evidentemente, amalgamadas pelo nosso sentido primeiro, que é a Constituição brasileira, que, por meio das reformas, deveria ser reforçada, renovada, revitalizada permanentemente. Nós não podemos perder o sentido, e o sentido que

nos leva para o futuro é a nossa Constituição, que deve ser permanentemente revitalizada, com reformas orientadas, creio eu, por esses elementos que eu acabei de colocar e que poderiam servir para darmos prioridades a esses problemas, todos eles urgentes. Mas nós precisamos achar os problemas que destravam outros problemas, e eu sugeri aqui

alguns elementos que, creio eu, ajudam a destravar esse conjunto, esse emaranhado de problemas.

Obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Está com a palavra o Sr. Denis Lerrer Rosenfield.



DENIS LERRER ROSENFELD

CONSELHEIRO

*O problema é o seguinte:
no Brasil não faltam leis,
não faltam regras, mas nós
estamos num sistema de
corrupção absolutamente
fora de qualquer controle.*

*Será que aumentar a regra e
aumentar a norma ou fazer
outro tipo de fiscalização
vai reduzir a corrupção?*

*Essa corrupção se fez
precisamente com esse
sistema extremamente
bem montado. Então, há
alguma coisa errada aqui.*

Bom dia a todos.

Muito obrigado, Presidente, pelo convite para participar deste Conselho.

Agradeço ao Ministro Nardes, que teve a amabilidade de me ligar e de insistir nessa participação.

Eu gostaria também de fazer algumas considerações dentro desse exíguo tempo, mas que eu acho bastante suficiente também, por outro lado, para que nós possamos colocar algumas questões que eu acho que deveriam constar, por assim dizer, não como itens propriamente nem como outros pontos em relação aos 61, que já são bastante exaustivos. Eu acho que um Conselho como este não deveria apenas se debruçar sobre questões particulares que já fazem parte do próprio trabalho do TCU. Na verdade, vocês estão nos mostrando o trabalho que já estão realizando nas 61 prioridades.

Talvez a questão mais importante fosse que se pensasse um pouco em algumas questões estruturais do Estado brasileiro. Eu acho que esse seria um ponto fundamental, porque não é possível, por exemplo, nós localizarmos, de um lado, na lista dos problemas, questões de resultados e, ao mesmo tempo, nós não insistirmos nisto: “Será que tantos meios...

O controle de meios é necessário do ponto de vista da condução dos negócios do Estado?”

O problema é o seguinte: no Brasil não faltam leis, não faltam regras, mas nós estamos num sistema de corrupção absolutamente fora de qualquer controle. Será que aumentar a regra e aumentar a norma ou fazer outro tipo de fiscalização vai reduzir a corrupção? Essa corrupção se fez precisamente com esse sistema extremamente bem montado. Então, há alguma coisa errada aqui. Ou seja, não é aumentando a fiscalização dos meios que nós vamos controlar a corrupção. A corrupção se fez com esse controle, a corrupção se fez com essa fiscalização.

Eu não quero, evidentemente, aqui trazer nenhum tipo de solução – nem me cabe isso. Agora, eu acho importante que nós possamos problematizar esses problemas, e a problematização desses problemas, numa instância como esta, poderia, nesse sentido, dar uma contribuição bastante grande ao Brasil.

Por exemplo, no caso do TCU, se não deveria atentar mais para os resultados do que para saber se a regra foi bem conduzida no que diz respeito, por exemplo, à construção de um hospital público na cidade X, se seguiu as regras ou não seguiu as regras. Talvez ele não tenha seguido

as regras, mas construiu o hospital sem corrupção. Deverá ser penalizado? Isso é até uma questão que o Presidente do TRF4 comentou comigo outro dia, a propósito desse controle de regras. Ou seja, ele não seguiu a licitação. Não corrompeu, os preços foram abaixo do mercado, e ele foi punido por não ter seguido uma regra. Agora, aqueles que seguiram a regra foram aqueles que terminaram na corrupção.

Isso nos remete também a um segundo problema, intimamente vinculado a esse. Não consta, por exemplo, aqui, e é uma questão fundamental do ponto de vista das empresas, a produtividade – o Robson sabe disso muito melhor do que eu. A questão da produtividade muitas vezes, no Brasil, está intimamente ligada a uma excessiva burocratização de todos os trâmites que dizem respeito a investimento, à aplicação de impostos ou – o Everardo sabe muito melhor que eu – a portos, autorização para exportar, autorização para importar.

Eu acho que essa é uma questão também estrutural do Estado brasileiro. Por que não deveríamos nos debruçar sobre a desburocratização desse Estado para que ele possa, exatamente, cumprir melhor as suas funções? O que também poderia remeter a outro problema: será que nós precisamos de tantos bancos

públicos, precisamos de tantas empresas estatais, ou não seria o caso de nós reduzirmos, por um processo transparente de privatização, esse Estado cujo tamanho termina criando até problemas para a fiscalização? Quer dizer, o Estado só cresce, e nós queremos, ao mesmo tempo, fiscalizá-lo. Isso é trabalho de Sísifo! Ou seja, jamais chegaremos a um completo controle dessa situação.

E se nós ainda pensarmos nas questões estruturais do Estado... Eu acho que nós estamos chegando a um momento, pelo processo de corrupção e de tomada do Estado por corporações, por partidos, por corruptores, por corruptos, seja o que for, em que vai se colocar uma questão também de fundação do Estado, ou de refundação do Estado brasileiro, com algumas pinceladas que eu terminei de assinalar.

Mas eu gostaria ainda de assinalar dois pontos antes – o meu tempo está terminando –, questões fundamentais. Qual é o pilar de um Estado? É a segurança pública dos cidadãos. Talvez, das funções do Estado, no Brasil, seja a que é menos preenchida nos dias de hoje, a criminalidade grassa no País. Por exemplo, vocês colocaram, aqui, Maurício, muito bem este assunto: controle de fronteiras, contrabando, droga. Isso aí é fundamental, mas nós temos visto pouca eficácia nisso. Agora o G6 já está pensando um tipo de trabalho... Enfim, há esboços, mas,

talvez, a contribuição do Conselho pudesse também ir por aí.

E, por último, vocês assinalaram a questão do georreferenciamento, que diz respeito a questões do Incra, questões ambientais, à regularização fundiária. Eu acho que nesse sentido seria importante, apenas como contribuição também, que vocês tivessem uma interação maior – se é que já não a tem – com a Embrapa, por exemplo, com o Incra, que têm modernos sistemas de georreferenciamento que já estão em pleno funcionamento. Isso até ajudaria a esclarecer um pouco a questão ambiental, porque no Brasil se fala de devastação ambiental, mas é um dos países mais preservacionistas do mundo na conservação das suas matas nativas. Quanto a isso, basta fazer um estudo. Aliás, já está feito, está lá na Embrapa. Quer dizer, o Brasil é um dos mais preservacionistas e recebe lições da Noruega, e os países europeus são os menos preservacionistas do planeta – depois de terem destruído, dão lições para os outros! Eu acho que esse também seria um assunto importante para ser colocado quanto mais não seja para o esclarecimento da situação.

Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Está com a palavra o Dr. Everardo de Almeida Maciel.



EVERARDO DE ALMEIDA MACIEL

CONSELHEIRO

Talvez fosse interessante o Tribunal reunir todas as informações de que dispõe, dando concretude ao princípio da eficiência que consta do art. 37 da Constituição brasileira, e pensar num programa nacional de eficiência, em padrões de avaliação. Isso está bom ou está ruim? Não simplesmente fazer isso depois, não a partir de uma inspeção, mas dizer o que é que se deve fazer para ser considerado bom.

Bom dia.

Eu quero, primeiramente, agradecer o convite do Tribunal de Contas para integrar este Conselho na pessoa do Presidente Carreiro e dos Ministros José Múcio e Augusto Nardes.

Olhei atentamente essa listagem, uma listagem que mostra um trabalho muito importante realizado pelo Tribunal de Contas, mas eu não queria destacar pontos relacionados com a questão do controle em si.

Eu imagino que o Tribunal de Contas possa ser visto sob duas formas. Uma, como instituição de controle. Outra, como instituição propositiva, e é nesse aspecto que acho que poderemos oferecer uma colaboração mais efetiva, não sob o aspecto do próprio controle, que já faz muito bem, no qual teríamos pouco a ensinar ao Tribunal de Contas. Mas poderíamos trazer alguma colaboração na questão propositiva.

E, quando falo da questão propositiva, vejo, por exemplo, que um dos itens aqui apontados é a questão, no item 27, relativa à baixa recuperabilidade dos créditos tributários e da dívida ativa. Eu tenho estudado, por razões óbvias, há muito tempo isso e conheço o tema razoavelmente. E digo de uma maneira definitiva: esse

problema, tal como está montado, não tem solução. Ou seja, é preciso uma revolução.

Quer dizer, qualquer tipo de solução que envolva mudanças cosméticas e pontuais não vai resultar em absolutamente nada. E dou números para isso. Débitos inscritos em dívida ativa da União vão a R\$1,6 trilhão. Parte deles são irrecuperáveis, são de empresas que não mais existem; outros decorrem de um erro de concepção, quando não se permite a compensação universal de créditos – mas isso é outra história.

Nós temos débitos em discussão administrativa, de créditos tributários federais, R\$620 bilhões. Temos R\$320 bilhões em discussão judicial. Das 35 maiores empresas do Brasil de capital aberto, os débitos, as discussões tributárias deles, vão a 32% do seu valor patrimonial.

Há algo muito esquisito nesse modelo. Só os primeiros números que eu dei aqui somam mais de R\$2,5 trilhões. Quer dizer, esse modelo não é funcional.

Bom, vamos ao outro aspecto, à questão de execução.

O dado mais recente nos dá conta de existem, em tramitação na Justiça

brasileira, 74 milhões de processos. Desses 74 milhões de processos, 29 milhões de processos dizem respeito à execução fiscal.

Eu fiz um pequeno exercício, pitoresco. Tomei uma hipótese heroica: suponhamos que não ingresse nem mais um processo de execução fiscal, nenhum. Vamos supor que a execução se passe no mesmo ritmo do que tem acontecido nos últimos anos, que é uma hipótese razoável. Pois bem, para acabar o estoque, eu preciso de mais de 11 anos.

Esse modelo não é funciona, é uma coisa completamente equivocada. Então, não adianta tentar saber como é que vou consertar isso, porque isso não tem remédio, não tem solução. Então, há que se pensar em outro modelo, num modelo completamente diferente disso. Eu tenho ideia sobre o assunto. E já existe algo andando no Senado Federal, uma proposta de emenda à Constituição reformulando isso completamente.

O segundo ponto é chamar atenção, na linha propositiva, para o fato de que talvez fosse interessante o Tribunal reunir todas as informações de que dispõe, dando concretude ao princípio da eficiência que consta do art. 37 da Constituição brasileira, e pensar num programa nacional de

eficiência, em padrões de avaliação. Isso está bom ou está ruim? Não simplesmente fazer isso depois, não a partir de uma inspeção, mas dizer o que é que se deve fazer para ser considerado bom. Que haja parâmetros de eficiência nacionais. E, deduzindo ainda desse princípio da eficiência, fazer proposições, de forma consistente, integrada e até arrojada, de um programa nacional de desburocratização efetivo.

Eu integro uma comissão no Senado que não tem tido muito êxito, uma comissão de juristas para tratar da desburocratização, que foi constituída no Senado Federal e é presidida pelo Ministro Mauro Campbell e tem como Relator o Ministro Dias Toffoli. Muitas ideias surgiram, mas sentimos a reação profunda a qualquer iniciativa desburocratizante, a qualquer uma, sempre naquela presunção de que o controle é capaz de tudo. Não!

Eu vou dar só um exemplo para não me alongar nesse assunto: certidão

negativa. Para que serve isso? Para nada. Serve para atrapalhar a vida do Fisco e do contribuinte, para mais nada. Nunca ninguém avaliou para que isso serve em termos de eficiência da administração tributária. Não serve para nada, mas se diz o seguinte: você não pode contratar com o setor público porque deve ao Fisco. Não. Você deve contratar para pagar o Fisco. É invertido? É o contrário? Quer dizer, há que se pensar em mudança de conceitos. Isso serve apenas para burocratizar, e eu poderia fazer uma listagem tão grande aqui que passaria até o final da noite apontando situações desse tipo.

Só isso.

O sr. presidente (José Múcio Monteiro Filho) – Bom, agora vamos passar para o lado esquerdo da mesa – apenas da mesa, só da mesa!

Jackson Medeiros de Farias
Schneider.



JACKSON FARIAS SCHNEIDER

CONSELHEIRO

Há brilhantes exceções, mas há uma clara visão – e a gente vê isso muito refletido nos pontos apontados – de que há uma dificuldade de se medir, uma dificuldade de se acompanhar, uma dificuldade de se cobrar eficiência do gestor. É quase como se o gestor não tivesse responsabilidade pela entrega.

De início, Sr. Presidente, Ministro José Múcio – meu conterrâneo –, Ministro Augusto Nardes – a quem agradeço o telefonema e o convite –, Srs. Conselheiros, Sr^a Conselheira, meus agradecimentos especiais por participar deste fórum.

Revejo aqui meus ex-professores, alguns colegas e alguns, inclusive, que militam comigo em outros fóruns.

Eu fiz um exercício, baseado na lista que nos foi passada, e defini, de certa forma, três blocos, três dimensões do que eu entendi que poderia ser uma contribuição mais efetiva deste nosso Conselho. Os dois primeiros já foram, inclusive, comentados aqui, mas vou reprisá-los.

Primeiro, e nós sempre temos esse comentário quase constante no setor privado, é essa quase que impossibilidade de se cobrar eficiência, de se cobrar capacidade de gestão do setor público. Há brilhantes exceções, mas há uma clara visão – e a gente vê isso muito refletido nos pontos apontados – de que há uma dificuldade de se medir, uma dificuldade de se acompanhar, uma dificuldade de se cobrar eficiência do gestor. É quase como se o gestor não tivesse

responsabilidade pela entrega. Ele tem um empoderamento extremamente forte, durante um mandado ou durante um determinado período em que é responsável por uma administração específica, toma medidas das mais diversas, eventualmente extremamente custosas para o contribuinte – porque são ineficientes, porque representam um equívoco, por má-fé ou por boa-fé, às vezes até por boa-fé –, e há uma quase impossibilidade de se movimentar, mexer nisso e se alterar esse estado de coisas.

Vários aqui comentaram isso, existem vários pontos que refletem isso. E isso pode ser visto em desperdícios; pode ser visto na burocratização, que foi comentada; pode ser visto na ineficiência de políticas públicas; pode ser visto na baixa efetividade de contratações; pode ser visto em uma lista infindável de obras inacabadas espalhadas pelo Brasil inteiro, obras que muitas vezes são interrompidas, eventualmente com amparo em alguma legislação específica, mas cujo custo é imenso para o contribuinte – aquela obra permanece parada e, eventualmente, nunca vai ser retomada, mas, se for retomada, vai custar duas, três, quatro vezes o valor que foi orçado. Este, acho, é um ponto que nós, de alguma forma, poderíamos

entender melhor para tentar alterar esse estado de coisas: por que não há uma efetividade maior na cobrança de competência da gestão pública em vários órgãos, em vários programas, em vários processos?

A segunda dimensão que eu vi, e que acho que também foi comentada – acho que o Denis a comentou bem –, está um pouco, de certa forma, indiretamente ligada à minha área de ação: é a baixa articulação das ações federais de segurança em fronteiras. Eu acho que aí existe falta de definição de papel e de responsabilidade, falta de coordenação única, não existe nem inventário de quem tem o quê, de quem faz o quê. Por causa dessa dificuldade de articulação, a fronteira brasileira permite a entrada e o tráfico de entorpecentes, o contrabando de armas, e a violência nos centros urbanos aumenta. Nós não temos hoje – e acho que isso poderia ser um início; estou dando só exemplos específicos – um inventário do que cada órgão tem em termos de recursos, o que leva muitas vezes outros órgãos a investirem, a uma sobreposição de utilização de recursos públicos para fazer a mesma coisa que alguém já faz. Então, essa falta de articulação efetiva leva a uma extrema ineficiência na administração de fronteiras.

Meu tempo está acabando.

Como última dimensão, eu peguei o tema nº 30, que é muito específico da minha área de atuação, que é a incapacidade dos órgãos de controle de analisar preço e atestar conformidade técnica de bens e serviços especializados e de elevado teor tecnológico no âmbito dos produtos estratégicos de defesa – é longo, é longo o tema.

Eu peguei esse tema porque é um tema de que, pela minha experiência, eu tenho um certo conhecimento e, pela minha empresa, é onde nós atuamos especificamente. Eu acho que, bem cuidado, ele se espalha para qualquer tipo de contratação que implique alta tecnologia. Acho que existe aí uma deficiência efetiva do órgão que contrata e do órgão que controla. Nós temos, talvez, condição de melhorar isso, mas não apenas pela questão da estruturação da área de defesa, que é muito específica. Ela implica a influência da estratégia geopolítica, o controle específico de material sensível. Há uma certa necessidade de, às vezes, se pagar mais para se adquirir autonomia, que implica independência de utilização dos meios.

Mas, quando se fala, de um modo geral, na contratação de tecnologia, e o serviço, muitas vezes, de tecnologia

é hora-homem – fundamentalmente, grande parte dele é hora-homem –, o que eu vejo é uma contratação não amparada num plano inicial que defina o que essa contratação vai entregar. Claro que, quando se contrata tecnologia, não necessariamente o plano vai chegar até o final, entregando exatamente aquilo que foi examinado no tempo e no custo. Desenvolvimento de tecnologia muitas vezes implica algum risco. Esse risco pode ser algum equívoco que vai ter de ser ajustado, com mais tempo e com mais risco. Mas, quando se tem um plano inicial em que se defina tecnologia por tecnologia que se queira dominar em termos de ciclo tecnológico específico e a forma de domínio, o que significa, seja o desenvolvimento, seja o treinamento, nas suas ferramentas, nos seus processos e na tecnologia em si, por óbvio, a possibilidade de acompanhamento e controle disso em auditorias específicas, corriqueiras e no decorrer desse desenvolvimento, vai implicar uma possibilidade de se chegar ao final com uma certeza maior em relação àquilo que foi feito. Acho que hoje, pelo menos na minha concepção, isso não existe, ou existe de forma muito embrionária, muito pouco efetiva.

Isso não serve apenas para a estruturação de contratação de tecnologia

de defesa. Isso serve para qualquer tipo de contratação de tecnologia. É assim que nós estruturamos a nossa forma de desenvolver tecnologia de avião. Você não faz um avião sem um plano muito bem definido daquilo que você quer fazer e de onde você quer chegar, lá na ponta, com todas as tecnologias que quer desenvolver. A gente sempre comenta que, para se ter o assessoramento da tecnologia, é preciso saber o que não se sabe. Acho que, muitas vezes, essa é a grande pergunta que nós não respondemos. Em muitas áreas de contratação de tecnologia e de desenvolvimento de tecnologia, nós não sabemos o que não sabemos. Então, você vai errar sempre, você vai

errar sempre, você vai sempre contratar errado.

Está acabando aqui o meu tempo, e eu nem vi que já tinha acabado.

Um dos pontos que foram comentados no início diz respeito ao tipo de aporte, de contribuição, pode ser dada. Nessa área, acho que nós temos uma contribuição importante, como empresa e como técnicos altamente especializados, que está absolutamente à disposição.

Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Está com a palavra José Cechin.



JOSÉ CECHIN

CONSELHEIRO

Quando se fala em reforma de algum tipo, especialmente da previdência, aponta-se o dedo para este item: renúncias fiscais. É preciso deixar claro o que são, para que servem, qual a sua dimensão.

Muito obrigado, Presidente.

Cumprimento V. Ex^a e todos os aqui presentes – Augusto Nardes, a gente não se via havia alguns anos –, conhecidos de longa data.

Não quero aqui fazer uma priorização dos 61 itens apresentados. Considero que todos eles são importantes, e o trabalho de sair de setecentos e chegar a menos de 10% disso já foi bastante exaustivo. Definir o que é mais ou menos importante depende muito do ponto de vista de cada um, dos interesses e da história de cada um, mas quero destacar aqui algumas coisas.

Um ponto importante, pelas notícias dos últimos meses, é certamente o item 2, que fala dos fundos de pensão, particularmente, eu acho, dos fundos de pensão ligados a estatais. Por trás desses fundos estão 3 milhões de beneficiários potenciais diretos e suas famílias, um conjunto de pessoas muito grande que dependem deles, e o próprio Tesouro.

Quero comentar dois pontos já extensamente comentados aqui, a começar pelo que o Clemente Ganz falou. Ele disse: “Temos uma grande capacidade de gerar desentendimentos.” Há

dois itens aqui que têm esse grande potencial. Um deles é a questão das renúncias fiscais.

Quando se fala em reforma de algum tipo, especialmente da previdência, aponta-se o dedo para este item: renúncias fiscais. É preciso deixar claro o que são, para que servem, qual a sua dimensão. Quem militou no Governo, como o Everardo e eu também, conhece bastante bem o tema. As pessoas não sabem e, então, elas se confrontam com essa proposta que o Governo coloca e não a entendem adequadamente. Atuar nessa linha acho é muito importante.

O outro, que o Everardo comentou muito, é a baixa recuperabilidade dos créditos, ele já nos deu uma lição. Vivi muito isso na Previdência também, porque se recolhia algo que ia levar cem anos para recuperar a dívida ativa.

A parte técnica. O Everardo já colocou muito bem. Acho que o ponto aqui, novamente, é o desentendimento que a existência dessa dívida, sem a colocação para sociedade, a comunicação do que é, de como se compõe, de por que não é recuperável... Louvemos aqui as suas palavras, Antonio Fernando, você ficou estarecido e disse que não é recuperável. E o Everardo já deu alguns argumentos ali, confirmou que

é irrecuperável. Então não devemos ficar estarecidos. Podemos ficar por não ter sido cobrada a tempo, mas o fato é que estamos no dia de hoje: a empresa que não existe mais e que não pagou os seus trabalhadores certamente não vai pagar ao Governo, não vai pagar os impostos e os tributos devidos. Então, a dívida ativa é um item muito importante, eu acho, pelo potencial de gerar desentendimentos que provoca neste momento em que a Nação precisa passar por reformas muito importantes, em particular a da previdência.

Eu queria enfatizar um ponto que está listado aqui, que é o item 32, que eu acho que precisa ser de fato levado adiante com muito afincio. Aqui se fala mais da irregularidade na aquisição. Há outros aspectos muito importantes. Ano e meio atrás uma televisão mostrou a chamada Máfia das Próteses, que envolvia procedimentos não indicados, que são verdadeiros crimes de lesão corporal, preços de materiais absurdos, pagamento de comissões – eu entendo que o distribuidor tem a sua comissão, que é correta, mas o profissional que indica deve levar comissões? Então aqui há uma área de atuação muito grande. Há que olhar também questões de mercado, de concorrência, porque há claramente falta de concorrência no

mercado distribuidor de materiais médicos. É preciso, aqui, o envolvimento dos órgãos do Sistema de Defesa da Concorrência para olhar para esses pontos em particular.

Veja, o setor privado está agindo. Há ações contra maus profissionais, inclusive contra indústrias fabricantes nos Estados Unidos, que são acionadas. Vimos, nesses dias, que uma das maiores fabricantes mundiais demitiu o seu presidente aqui no Brasil, por conta possivelmente – não foi anunciado, mas possivelmente – desses comportamentos estranhos.

A consequência dessas ações é o encarecimento muito grande, muito intenso, da saúde privada. Os planos de saúde têm crescido na faixa dos 15% a 25%, em média, ao ano, por cinco, seis anos, a essas alturas. Os pagadores não aguentam, pessoas físicas. As

empresas que pagam os planos tampouco aguentam.

Temos que, então, eliminar essas excessências que estão aí no mercado e que ajudam – falei aqui mais para o setor privado, mas tudo que eu disse certamente se aplica, com igual intensidade, ao setor público. As pessoas são as mesmas. As que atuam no setor privado também atuam no setor público. O setor público também é um grandíssimo comprador de materiais, medicamentos, órteses, próteses etc.

Então, acho que a atuação nessa linha é urgente, é necessária, é oportuna, e é neste momento aqui.

Obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Está com a palavra o Sr. Murillo de Aragão.



MURILLO DE ARAGÃO

CONSELHEIRO

Hoje o TCU emerge como uma grande força da cidadania institucional, mas, ao mesmo tempo, não se sabe exatamente como ele funciona. Há uma opacidade das métricas, os julgamentos não são claros, a linguagem é feita para vocês. Vocês vivem para vocês e produzem resultados para vocês, mas com amplo impacto na sociedade.

Bom dia a todos.

Gostaria, em primeiro lugar, de agradecer ao Ministro Carreiro, ao Ministro José Múcio e ao Ministro Nardes tanto a iniciativa de constituição do Conselho como a do convite. É uma iniciativa absolutamente relevante para a nossa cidadania, em especial pelo momento difícil que vivemos.

Minhas observações serão menos temáticas e mais processuais, porque tenho larga experiência em viver conselhos, e um dos maiores problemas dos conselhos é entregar resultados claros e concretos – e temos aqui um volume imenso de problemas.

Eu li atentamente a lista dos problemas e lamentei que eles já não viessem classificados pelo menos em blocos de temas, porque, ao examiná-los, vi algumas identidades. Eu, pelo menos, encontrei umas seis ou sete identidades ali. E isso nos leva, então, à racionalização do processo.

Mas, antes de falar da racionalização do processo, preciso falar também do que é o TCU e, aí, a minha preocupação vai na linha do que o Ministro Carlos Britto falou.

Hoje o TCU emerge como uma grande força da cidadania institucional, mas, ao mesmo tempo, não se sabe

exatamente como ele funciona. Há uma opacidade das métricas, os julgamentos não são claros, a linguagem é feita para vocês. Vocês vivem para vocês e produzem resultados para vocês, mas com amplo impacto na sociedade. Não seria leviano dizer que o TCU é uma caixa-preta. E essa caixa-preta não quer dizer, necessariamente, que funcione erradamente por dentro, mas que ela existe em descompasso e desconhecimento da cidadania – e é uma cidadania deseducada também.

Então, isso é agravado pelo fato da opacidade, como eu disse, das métricas – como aqui lembrou o Everardo, nós temos de ter um padrão para saber o que é o certo, e isso tem que ser divulgado antes – pela incerteza dos limites e pelo desconhecimento do processo.

Um dos problemas mais graves que as instituições têm – e eu sou um observador veterano do Congresso Nacional – é a inconsistência dos processos. Eu lembro que o Congresso Nacional tem o péssimo hábito de fazer sessões sem quórum, votações fantasmas, em que se recolhem assinaturas de presença dos Parlamentares nos gabinetes, e tratando de matérias relevantes para a cidadania. Certa vez, eu vi uma quebra de sigilo telefônico em uma CPI, em que tiveram de buscar um Senador ou dois, no corredor das comissões, para compor o quórum. E os dois Senadores não eram membros

da comissão, mas se cumpria isso ali. Isso é de uma absoluta e grotesca irresponsabilidade, porque ali está se definindo a vida das pessoas.

Então, aqui também é preciso entender que os processos devem ser estáveis, transparentes, previsíveis, com métricas claras e que não estejam atentadas aos objetivos específicos, mas sim àqueles que justificam a existência de um tribunal como o TCU. O TCU atende a um objetivo constitucional. É esse o objetivo que ele deve buscar.

Então, eu saúdo a iniciativa. Quero dizer que não serei agradável nas minhas observações. Também seria inútil, da minha parte e para os senhores, vir aqui e ficar ouvindo encômios merecidos, mas também de me abster de fazer críticas que acho que são absolutamente necessárias.

Também quero pedir um perdão inicial, porque faço aqui um conceito que eu criei: o juízo de percepção, que é diferente do juízo de valor e do juízo de realidade – não é Prof. Lerrer? –, de Durkheim. O juízo de percepção transita numa área de verdades, pós-verdades, factoides, mentiras sinceras, omissões. Então, é evidente que o meu julgamento se dá com muitas imprecisões. A minha declaração aqui é plena de imperfeições e imprecisões por conta da incapacidade que eu tenho de julgar, efetivamente, o que é o TCU. Mas

isso revela justamente o problema do TCU. Ele tem que se revelar para a sociedade. Ele tem que romper com aquele paradigma que existe de que a burocracia aumenta para atender os interesses do aumento da burocracia. O TCU não existe para si mesmo. O TCU não tem como fim a existência dele como instituição nem, muito menos, para os seus funcionários.

Então, eu aqui faço uma lista de sugestões claras que acho que devem orientar o trabalho do Conselho.

O primeiro é que as métricas devem ser claras. Deve existir um debate sobre as métricas do TCU. Essas métricas devem ser claras.

Em segundo lugar, temos que ampliar até os critérios e o debate sobre a composição do TCU. É importante. Eu vejo que existe aqui um debate surdo sobre essa questão. Questiona-se a existência de ministros políticos e ministros técnicos, mas eu também acho que faltam ministros da sociedade civil. Nós temos que ter ministros da sociedade civil. E, sendo um órgão ligado ao Congresso Nacional, não vejo nada demais que haja ministros políticos. Mas a questão da composição deve ser refletida.

Olhando objetivamente, em termos de temas e de processos, eu vou fazer duas sugestões. Primeiro, um tema que eu não vejo aqui e que eu acho

importante é o controle do uso do Fundo Partidário. Agora, às vésperas de o Congresso decidir aumentar para três bilhões e tantos a destinação do Fundo Partidário, sem o controle do TCU, isso será a repetição do que aconteceu anteriormente com o dinheiro público. Só que antes havia o pedágio das obras públicas e tudo mais. Então, o TCU tem que estar junto ao TSE no controle do Fundo Partidário.

E também tem que estar – *data venia* os dois líderes sindicais que temos presentes – o controle do imposto sindical. O imposto sindical é dinheiro público. O imposto sindical tem que ser controlado e auditado aqui pelo TCU; o uso do imposto sindical. Esse imposto sindical financia estruturas que são opacas, porque ninguém conhece, ninguém sabe como funcionam, a não ser os que se beneficiam ou estão muito próximos daquela máquina ali. E isso é uma indignidade, porque favorece o corporativismo, que é uma praga que assola o nosso País, juntamente com a corrupção.

Então, os dois pontos são centrais para o futuro.

A questão da participação feminina me chamou a atenção quando eu cheguei aqui, Conselheira Ana Paula. É importante, sim, haver mais mulheres participando. Eu tenho certeza de que se tivéssemos mais mulheres participando dos

destinos do Brasil na política, talvez a corrupção fosse menor. Ou bem menor. É evidente – faço um aparte –, a Presidente Dilma infelizmente não foi o melhor exemplo de competência feminina, mas isso não quer dizer que não existam tantas outras muito mais competentes, que poderiam dar uma grande contribuição para a sociedade.

Outro aspecto que eu cito aqui como sugestão é a questão da educação e da cidadania. Será infrutífero o trabalho do TCU se a cidadania não ajudar, se a cidadania não perceber que ali há coisas erradas, que aquela obra não está funcionando adequadamente. Então, há de haver tanto uma educação cidadã sobre o papel do TCU, mas mais do que o papel do TCU, não no sentido de engrandecer a instituição e fortalecê-la politicamente, mas sim de educar a cidadania de que ele tem um papel importante em fiscalizar a eficiência do serviço público, o bom uso do dinheiro público nas obras; que isso seja uma atitude cidadã e que terminaria resultando num melhor País para todos nós.

(Intervenção fora do microfone.)

O sr. Murillo de Aragão – Pois não, Ministro.

O sr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – No §2º do art. 74, há expressa referência à participação

da cidadania: “§2º Qualquer cidadão, partido político. *(Fora do microfone.)*”

Associação ou sindicato é parte legítima para, na forma da lei, denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o Tribunal de Contas da União.”

O sr. Murillo de Aragão – Então, temos que fazer essa letra viva, na forma da lei.

Então, olhando, eu fiquei feliz...

O sr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – Não diz “na forma da lei”.

O sr. Murillo de Aragão – Eu fiquei feliz de ver a proposta dos quatro grupos temáticos, porque acho que pode dar uma consequência melhor.

O sr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – Ah, aqui diz “na forma da lei”. Diz no início.

O sr. Murillo de Aragão – Mas eu acredito que a gente teria que elaborar um pouco mais esses grupos temáticos e, talvez, primeiro, dividi-los por natureza.

Deve haver um grupo ou grupos temáticos relacionados ao funcionamento do TCU, a como o TCU deve funcionar melhor para atender os seus propósitos. Então, esse grupo vai pensar na transparência, na educação, nos processos, na métrica, na própria interação com o setor privado

e academia no sentido de aperfeiçoamento de processos. Então, ele é voltado para essa questão interna.

Um segundo grupo seria de grupos de temas externos, que dizem respeito à ação, à atuação externa do TCU. Aí envolveria transparência, corrupção, política fiscal, eficiência. E podem ser agrupados em temas, subtemas.

E o terceiro tipo seria de grupos temporário. Seriam grupos que se dedicariam a uma temática e apresentariam sugestões com relação àquela temática. Por exemplo, a questão da segurança pública, que é emergencial. Então, haveria um grupo dedicado a estudar, num prazo de seis meses, o tema e apresentar sugestões concretas. A questão do fundo partidário; a própria questão dos acordos de leniência.

E aqui eu faço um aparte. O Brasil vive um problema grave em relação a esses acordos de leniência, porque a legislação é incompleta e, no fim das contas, deixa aberta a pena de morte para as empresas. E isso não é o caminho, porque o caminho natural de todos os países que aplicam essa legislação é o de punir, recuperar o dinheiro, e a vida segue, com os empregos e com as punições que foram feitas. O que não pode é ficar em aberto uma situação de que um acordo fechado aqui não vale ali, e tem que ser cada vez mais incrementado, porque o órgão A quer cobrar mais que o órgão B. Então, hoje, imagine

que uma empresa tenha que fazer cinco ou seis acordos de leniência sobre o mesmo crime: ela vai ter um na fiscal, vai ter na concorrência, vai ter no consumidor, vai ter no TCU, na AGU, na CGU, e não para mais. Então, tem de haver um limite, um marco regulatório muito claro. E tenho certeza de que o TCU tem como colaborar muito. Esse seria um tema, vamos dizer, temporário, junto com a questão da segurança e junto com a questão dos fundos partidários e dos fundos sindicais também.

Bem, são essas as minhas contribuições. Eu peço desculpas por ter adiantado e esgotado meu tempo, mas eu achava que deveria ser consequente na minha intervenção.

Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Dr. Murillo, eu indago se o senhor esgotou a sua lista de sugestões que disse que tinha. Se não esgotou, pode encaminhar que constará da ata.

O sr. Murillo de Aragão – Está bem.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Pois não.

Então, com a concordância, a aquiescência do Dr. Paulo Gustavo Gonet Branco e do Dr. Roberto Brant, eu vou conceder a palavra ao Dr. Robson Andrade, porque ele tem um compromisso inadiável.



ROBSON BRAGA DE ANDRADE

CONSELHEIRO

No momento em que estamos vivendo, como este, no Brasil, eu acho ainda mais importante termos a possibilidade de refletir sobre o País, refletir sobre as instituições e sobre aquilo com que poderíamos contribuir para mudar o rumo do Brasil e fazer com que o País possa ter condições de desenvolver, crescer com justiça e melhorar a qualidade de vida da população.

Ministro, eu peço desculpas ao senhor, aos Ministros aqui presentes e a todos os membros deste Conselho, mas eu tenho uma conferência, um congresso de inovação que está sendo patrocinado pela CNI, em São Paulo, e tenho um voo exatamente neste momento, agora, e terei de me deslocar.

Eu queria agradecer ao senhor, Presidente, a participação em um grupo tão seleta, tão importante como este. Eu me sinto muito honrado e muito feliz por estar aqui na presença de todos os senhores e com os Ministros aqui presentes.

Eu gostaria de fazer alguns comentários breves.

Primeiro, elogio esta iniciativa do Tribunal de Contas da União, que acho uma iniciativa fantástica. No momento em que estamos vivendo, como este, no Brasil, eu acho ainda mais importante termos a possibilidade de refletir sobre o País, refletir sobre as instituições e sobre aquilo com que poderíamos contribuir para mudar o rumo do Brasil e fazer com que o País possa ter condições de desenvolver, crescer com justiça e melhorar a qualidade de vida da população.

Gostaria de dizer também, Ministro, que eu, nos anos em que tenho tido contato com o Tribunal de Contas da União, aprendi muito mais com o Tribunal de Contas da União pela convivência, pela educação do que pelas fiscalizações. Hoje as instituições a que eu pertença estão melhores por diversos programas e projetos que nós fomos induzidos a implantar por conhecimento daquilo que temos visto dentro do Tribunal de Contas da União, como governança, transparência, uma série de coisas que têm sido feitas.

Eu, quando vejo o Tribunal de Contas preocupado com essa quantidade de problemas e de situações – eu nem imaginava que fossem tantas; estou vendo aqui só 61 –, eu vejo que realmente nós temos um grande trabalho pela frente e muita coisa realmente a ser feita. Mas eu acredito que deveríamos deixar de lado um pouco a discussão sobre a fiscalização, sobre o controle e pensar um pouco mais na origem, na raiz dos problemas e das questões com as quais convivemos.

Nessa questão, eu gostaria de citar dois pontos aqui que eu acho que são, para o setor da indústria brasileira, da economia brasileira, fundamentais. Um é a baixa

efetividade, eficácia e eficiência na Administração Pública e na execução das políticas públicas. O que a gente tem percebido é que muitos investimentos que são feitos são concluídos com atraso, com custos elevadíssimos. E, muitas vezes, quanto a esses serviços, não é apenas a questão da fiscalização que impacta na execução desses serviços, mas a própria burocracia, a estrutura de governo, a forma como são contratados, a falta de projetos concluídos, uma legislação também antiquada, da Lei 8.666. Essas são questões que têm levado aos atrasos constantes na realização de projetos, de obras e da infraestrutura brasileira, com aumento excessivo dos custos.

Uma questão sobre a qual acho que nós temos que nos debruçar é o excesso das regulações que nós temos. As agências reguladoras, que foram criadas com um determinado objetivo, hoje ultrapassaram enormemente esse objetivo e são entraves enormes ao desenvolvimento das atividades econômicas. Só para o senhor ter uma ideia, nós temos aí questões em que as indústrias, as empresas buscam fazer desenvolvimentos fora do Brasil porque não têm licenciamento para fazê-lo no Brasil.

A questão da judicialização dos conflitos de competência é outro aspecto que tem também criado enormes problemas e dificuldades para realização dos contratos.

E a outra questão que eu gostaria de destacar é a precariedade na articulação e orientação estratégica pelo centro de Governo. Eu acho que não é por acaso que a agenda da competitividade avança de modo tão lento e com tantos problemas no Brasil. E nós temos condições, Ministro, de debruçar-nos sobre essas questões e buscar quais são as origens dos problemas, as ações que nós podemos fazer. Eu acredito que, se nós conseguirmos atuar em algumas questões,

como foi levantado aqui – por exemplo, a questão da burocracia, a questão tributária, a questão da judicialização –, já teremos feito uma grande contribuição para o Brasil.

Eu me coloco à disposição para participar dos grupos de trabalho e também para indicar pessoas que tenham conhecimento e competência para participar desses estudos e dessas análises, Ministro.

Muito obrigado. É um prazer participar aqui desse grupo.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Está com a palavra o Sr. Paulo Gustavo Gonet Branco.



PAULO GUSTAVO GONET BRANCO

CONSELHEIRO

A gente vive, atualmente, um momento revolucionário do ponto de vista ético. As investigações que estão em curso estão trazendo à tona práticas de submundo que nós não poderíamos imaginar que pudessem acontecer junto a pessoas que deveriam agir sempre inspiradas pelos princípios da moralidade e da eficiência.

Presidente Carreiro, Ministro Nardes, em primeiro lugar, muito obrigado pelo convite para estar aqui, participando desse Conselho, junto com pessoas da mais notória inteligência e do mais elevado espírito público.

A gente vive, atualmente, um momento revolucionário do ponto de vista ético. As investigações que estão em curso estão trazendo à tona práticas de submundo que nós não poderíamos imaginar que pudessem acontecer junto a pessoas que deveriam agir sempre inspiradas pelos princípios da moralidade e da eficiência.

Essas revelações que as investigações estão trazendo mostram que, apesar de todo o arsenal legislativo que nós temos, de todos os sistemas de garantias das instituições que o Brasil possui, ainda assim esses absurdos aconteceram. Mas acho que mais importante do que isso é ter a atenção voltada para o seguinte aspecto: não fossem as garantias constitucionais, não fosse o sistema constitucional que nós temos, que assegura independência ao Ministério Público, a efetiva independência ao Judiciário, que garante também a altivez da ação do Tribunal de Contas, a ação eficiente da Polícia Federal, da Receita Federal, enfim, dos órgãos de controle em geral, nada disso estaria

sendo trazido ao conhecimento, ainda que estarrecido, da população.

Essas investigações vão continuar, elas estão ainda em curso, mas vai chegar o momento em que a vida vai ter de voltar ao ordinário. Para que isso aconteça, a impressão que se tem é a de que nós vamos ter que ter instituições renovadas, dentro das garantias, dentro do aspecto constitucional em que elas são delineadas. Para isso, uma abertura crítica das instituições é importante. Daí os meus sinceros parabéns à iniciativa do Presidente Carreiro e do Ministro Nardes de constituir esse Conselho, que torna o TCU, um órgão da maior relevância para o combate ao desperdício e à corrupção, aberto ao diálogo com as instituições e com a sociedade civil.

Dentro desse contexto de crescente melhoria do funcionamento das instituições para que elas assegurem que os abusos que estão sendo revelados não tornem a acontecer, eu fiquei bastante impressionado com essa lista de temas que foi apresentada. Eu reparei que vários desses assuntos se relacionam com a instituição a que eu pertença, o Ministério Público Federal. Eu vejo que há aqui preocupação com a inclusão social da população mais

vulnerável, que é foco também da ação cível do Ministério Público, há preocupação com corrupção, há preocupação com regularização fundiária e com o próprio funcionamento do Ministério Público da União sob o ponto de vista da eficiência e da presteza.

Esses temas me trouxeram à mente outro ponto: há uma concorrência de interesses e de ações de vários órgãos de controle, como, por exemplo, entre o Ministério Público Federal e o Tribunal de Contas da União. Então, um ponto que talvez fosse interessante debater é justamente o estudo de uma ação coordenada à vista da necessidade de maior eficiência; e também, para prevenir atritos e conflitos que tornam menos proveitoso o funcionamento das instituições, que nós estudássemos mecanismos de ação coordenada desses órgãos, dessas instituições que têm a vocação comum de preservar o bem público sob o aspecto da moralidade e da eficiência.

Era apenas esse adendo que eu gostaria de fazer a essa formidável lista que foi elaborada. Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro)
– Está com a palavra o Sr. Roberto Lúcio Rocha Brant.



ROBERTO LÚCIO ROCHA BRANT

CONSELHEIRO

Robert Brant O Tribunal de Contas e os outros órgãos de controle da ação do Estado têm de ir além da regularidade, porque esses programas todos podem estar sendo rigorosamente cumpridas, todas as leis sendo obedecidas, no entanto nós estaremos rumando para a ruína completa, porque uma sociedade moderna completa não funciona sem Estado, e o que estamos presenciando é uma ameaça de o Estado deixar de funcionar.

Obrigado, Presidente. É uma honra participar deste Conselho. Eu vou trazer aqui apenas duas reflexões.

A primeira diz respeito à questão da restrição fiscal. Não apenas o Brasil, como a maioria das economias do mundo, experimentou uma enorme expansão depois da Segunda Guerra Mundial, mas essa expansão finalmente chegou a um limite físico. A maioria dos países da Europa, por exemplo, já têm cargas tributárias que não podem ser ultrapassadas. A nossa é extravagante para o nível de renda que temos – nenhum país emergente chega nem perto do Brasil –, no entanto o Brasil segue incorrendo em déficits crescentes.

Essa é uma situação extremamente complexa, porque a sociedade moderna, através das redes sociais e de um maior acesso à informação, está exercendo pressões irresistíveis em todos os Estados do mundo e, no nosso caso aqui, de uma maneira muito especial.

Eu acho que estamos numa encruzilhada. O Brasil corre o risco de ser uma sociedade que não deu certo, e nós saberemos disso em poucos anos.

Eu vejo toda essa lista de problemas. Eu reconheço todos eles, mas eu acho que, previamente a eles, tínhamos que saber o seguinte. O Tribunal de Contas é um órgão auxiliar do Poder

Legislativo e, antes de examinarmos regularidades interna e formal dos programas, temos que saber o seguinte: o Estado brasileiro é capaz de continuar fazendo todas essas coisas?

Nós temos uma tradição de agregação indefinida e continuada de programas ao Orçamento da União. No Orçamento não cabe mais. Ao não caber, nos últimos dois anos, tivemos déficits nominais de 10% do PIB. Isso é um recorde absoluto em todo o mundo! Não poderemos continuar mais dois ou três anos exibindo déficits dessa natureza. Eu acho que está na hora de a sociedade brasileira... E o Tribunal de Contas e os outros órgãos de controle da ação do Estado têm de ir além da regularidade, porque esses programas todos podem estar sendo rigorosamente cumpridos, todas as leis sendo obedecidas, no entanto nós estaremos rumando para a ruína completa, porque uma sociedade moderna completa não funciona sem Estado, e o que estamos presenciando é uma ameaça de o Estado deixar de funcionar.

Eu acho que o Tribunal de Contas tem de examinar todas as despesas públicas, todos os contratos, todas as compras, mas ele também, como esforço de assessoramento ao Poder Legislativo, tem de dizer o seguinte: essa situação tem de terminar. O maior erro do

Estado brasileiro é gastar mais do que arrecada e do que pode vir arrecadar. É impossível que possamos continuar aumentando eternamente a nossa carga tributária. A Constituição de 1988 custou dez pontos do PIB em carga tributária, e isso tem um limite físico. Esse é um ponto que eu acho que o Tribunal de Contas tem de questionar, porque, na verdade, o Legislativo e o Poder Judiciário continuamente estão agregando novos compromissos orçamentários para o Governo. Eu conheço bem o Legislativo e fui Constituinte, eu conheço o grau de irresponsabilidade fiscal que existe do indivíduo isolado.

O Tribunal de Contas tem de ser o órgão que vai advertir, acender todas as luzes vermelhas, porque eu não vejo a sociedade brasileira preparada para isso. Eu não vejo apoio nenhum às reformas que poderiam dar alguma ordem ao Orçamento da União e não acredito que, na eleição de 2018, quem vier com uma agenda de ordenamento e disciplina do Estado vai chegar sequer ao segundo turno. Essas são realidades culturais com as quais estamos vivendo. Então, cabe aos órgãos de controle do Estado sair um pouco da caixa e examinar o conjunto da obra. Esse é um ponto.

O segundo ponto a que eu quero chamar a atenção diz mais respeito ao controle.

Apesar do que geralmente se propaga, o Estado, de modo geral, no mundo, é muito forte, mas os governos estão cada vez mais fracos. O enfraquecimento, a debilidade do Poder Executivo é patética. Quem já passou pelo governo já experimentou isso na própria carne.

Na verdade, a sociedade está exercendo pressões insuportáveis para o governo quase que em tempo real, sumiu a reverência da sociedade para com o governante, e o governo vê-se cada vez mais privado de meios financeiros para atender as demandas, que crescem exponencialmente e que não poderão jamais ser atendidas. A medição dos índices de popularidade dos governos é uma coisa cruel, porque, se o governo fizer exatamente o que a sociedade deseja, vai levar o Estado à ruína e pôr em risco a própria civilização. E eu não estou vendo a sociedade brasileira despertada para isso.

E os órgãos de controle, de um modo geral, nesse ponto, de alguma maneira têm servido para enfraquecer ou tirar a autoridade e a moral do governo – o governo que eu digo é o Poder Executivo. O Legislativo está sempre pronto para acrescentar novas cargas ao governo, principalmente ele, e no Brasil o Poder Judiciário comanda também os gastos de saúde e de educação, criando despesa sem nenhuma contrapartida

de receita. Essas são situações que, em certo momento, vão nos levar a encontrar conosco mesmos e dizer: “É isso mesmo que vai acontecer?”

Eu chamo a atenção dos órgãos de controle, pois é preciso ter um pouco mais de cuidado com o governo. Não é este Governo ou o governo anterior, nós estamos numa sequência de governos que perderam a autoridade, e a mediação do governo com a sociedade tornou-se desorganizada e caótica, porque, no passado, havia os partidos políticos, havia alguns entes da sociedade civil que faziam esse trabalho; hoje isso foi profundamente rompido. O governo está sozinho diante da população e recebendo sinais, instantaneamente, pelo Twitter, pelo Facebook, pelo WhastApp, etc.

Então, eu acho que nós temos, quando falamos em controle, sim, o controle moral, ético, da corrupção; tudo isso é verdade. Mas nós tínhamos, ao falarmos em controle, também de ter em conta a fragilização progressiva do governo, do Poder Executivo. E isso é uma coisa que eu considero gravíssima.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Colhida a manifestação de todos os Conselheiros, nós agora vamos ouvir o Ministro Nardes por cinco minutos.



MINISTRO AUGUSTO NARDES

É transformar o Estado – e aí estão os objetivos da governança – em condições de direcionar, avaliar e monitorar e criar nos gestores públicos uma inteligência de Estado, o que nós não temos, pensando em médio e longo prazos a Nação. Quais são as propostas nossas em médio, em longo prazo e em curto prazo para que possamos atacar os pilares da Nação?

Obrigado.

Eu queria, inicialmente, agradecer ao Presidente Raimundo Carreiro e ao Ministro José Múcio, Vice-Presidente, por terem realizado um sonho que começamos lá em 2013/2014, com a constituição deste Conselho, que era exatamente para ver e ouvir parte da sociedade. O que aconteceu aqui hoje foi extremamente benéfico para que a gente possa aperfeiçoar a nossa instituição.

Com a última palavra, o Brant mostra muito bem que nós tomamos uma decisão lá atrás, antes de toda essa situação. O Presidente Raimundo Carreiro era o Relator das contas, em 2013, e me pediu – eu, Presidente do Tribunal – que alertasse o governo do que estava acontecendo. Naquele ano, só para os senhores terem conhecimento, não foi contabilizado 1,1 trilhão da previdência futura – simplesmente não foi contabilizado – pelo governo. E aí eu fui falar com a Presidenta da República, alertei-a para o que estava acontecendo.

Isso mostra exatamente que o Tribunal – e acho que a sua fala vem ao encontro disso – tomou a iniciativa, assim como, lá atrás, em 2009, o Presidente Ubiratan também alertou o Presidente da época de que a situação da Petrobras levaria a uma

situação que acabou acontecendo. Então, nós tivemos que tomar uma posição dura – e eu fui o relator das contas –, apesar de vários avisos que fizemos.

Ao longo do tempo, como Presidente do Tribunal, eu senti, em 2013/2014, que nós tínhamos que abrir, exatamente como falou o Murillo – o que foi bem colocado –, para não ficarmos conhecidos como uma caixa-preta. Acho que o Tribunal é muito aberto. E a intervenção do Ministro Ayres Britto foi muito importante em relação ao que está na Constituição. Nós recebemos diariamente denúncias, até anônimas – essa aproximação é importante, e o Ministro Ayres Britto citou muito bem a Constituição –, de várias situações que depois vamos auditar e encontramos irregularidades.

Este Conselho é extremamente positivo, Presidente Raimundo e Ministro José Múcio. Nós construímos isso em várias mãos, e todos os Ministros – é bom os senhores saberem – deram sugestões em relação aos nomes. Nós ficamos de fazer a articulação, comandados pelo Ministro Raimundo Carreiro, para convidá-los a fim de avançarmos como instituição.

Sinto que, na conversa em que cada um se pronunciou, aquilo que mais esperávamos se constatou – nós estamos trabalhando, mas queremos aperfeiçoar, e a participação dos senhores é muito importante nesse processo –: todos focaram a incapacidade de o Estado preparar um trabalho adequado, ser eficiente em relação à segurança, que é um dos grandes problemas colocados aqui, à questão da educação e à questão da saúde. Esse foi o grande foco da transformação que a nossa equipe teve – e aí o mérito não é do Ministro Nardes, mas da equipe do Tribunal. Nós tivemos a percepção de que tínhamos de investir na melhoria da governança.

Eu já falei com algumas pessoas que estão aqui sobre esse tema da governança; queria até mostrar o que nós criamos. E os senhores podem nos ajudar muito.

Depois de implantarmos a especialização, que foi uma sugestão de vários Ministros... Eu captei isso, e conseguimos especializar 22 grupos; secretarias especializadas, que já existiam no Tribunal, mas aperfeiçoamos. Creio que pouca gente sabe disso. Por exemplo: previdência – está aqui o Cechin, que é um especialista –; tributação – que tem outro especialista, que é o Ministro, aliás,

o Secretário da Receita na época, o Everardo Maciel. Inclusive, foi com os dois que nós negociamos a Lei do Simples. São duas figuras importantes. Foram mais de 50 reuniões para simplificarmos a Lei do Simples. Eu era Parlamentar na época.

Eu queria mostrar agora para os senhores aquilo que nós construímos para dar uma demonstração... Aquilo que foi falado aqui é extremamente correto. E os senhores podem contribuir.

Conseguimos criar indicadores gerais de governança.

Eu me inspirei no Estado da Nação, que os americanos fazem. Eles fazem uma avaliação do Estado americano. Algumas nações fazem isso, e eu fui atrás: vamos criar uma avaliação dos indicadores de governança do Brasil? E aí criamos o Índice Geral de Governança, verificando três itens: estratégia, liderança e controle. Estratégia, se tem uma estratégia de longo prazo; liderança e controle. Ou seja, no momento em que a liderança perde a capacidade de direcionar, perde o comando de um Município, de um Estado, de uma nação.

Fizemos isso em todos os Ministérios e descobrimos que muitos deles não têm nem plano estratégico. E as lideranças não são adequadas para estar

nos comandos em que estão. Por isso o País não funciona.

Quanto nós temos de liderança, estratégia e controle? É como se fosse um semáforo o que os senhores estão vendo aí. Nós temos, em relação a isso, uma governança muito baixa – é o verde que os senhores estão enxergando. O vermelho mostra que o nosso Índice Geral de Governança – foram 12 mil instituições demandadas – é o maior; o vermelho e o amarelo, o alerta. E o verde é o menor. Aí vocês podem ver no âmbito estadual, federal e municipal. Hoje, nós temos isto... E é uma coisa muito impressionante.

Por isso, eu gostei muito da fala do Paulo, no sentido de que – podemos mostrar isso para o Ministério Público e para todo o País – nós sabemos a situação de governança de todas as instituições públicas brasileiras, inclusive do Judiciário. Nós temos conhecimento disso. Aliás, eu já conversei muito com a Ministra Cármen e com o Lewandowski, lá atrás. Nós estávamos criando isso para mostrar onde estão os gargalos do Judiciário, onde estão os gargalos do Ministério Público e onde estão os gargalos da Petrobras, que nós já descobrimos há muito tempo. Nós sabemos tudo o que está acontecendo no País e temos um painel de controle

que está na mesa do Presidente, que nós implantamos em 2013, e na mesa de cada ministro, que sabe a situação de cada instituição da República. Por isso, nós criamos um prêmio de mérito de governança, para ver se melhoram a governança para poder a empresa Brasil melhorar a competitividade.

Agora, só ficar nisso também não adianta. É transformar o Estado – e aí estão os objetivos da governança – em condições de direcionar, avaliar e monitorar e criar nos gestores públicos uma inteligência de Estado, o que nós não temos, pensando em médio e longo prazos a Nação. Quais são as propostas nossas em médio, em longo prazo e em curto prazo para que possamos atacar os pilares da Nação? Porque nós também não atacamos os pilares da Nação. Os pilares da Nação não são focados no conjunto da confusão em que está o País. Isso lá atrás nós falamos com a Presidente Dilma, falamos com o Mercadante, falamos com o governo anterior, como temos falado com o Governo atual. E aí chegamos a uma conclusão e começamos a trabalhar em torno de uma lei da governança. Porque é exatamente o que disse o Denis: é uma confusão! Nós vivemos um manicômio em termos de burocracia no Brasil.

Assim, nós criamos agora uma lei da governança, de que todos os

ministros participaram, e estamos abrindo isso para todo o Executivo – Planejamento, Fazenda e Casa Civil –, para discutir uma lei da governança que faça uma síntese de toda a parafernália burocrática que nós temos, para direcionar a uma melhoria da governança. Vai terminar a Operação Lava Jato, e aí? Vai continuar tudo igual ou vai haver uma nova estrutura para redimensionar o País? Então, nós estamos trabalhando. Eu estou trabalhando nessa área, assessorado por toda a equipe – o mérito é deles mais do que meu –, para que possamos aperfeiçoar a governança da Nação. E aí os três itens fundamentais: liderança, estratégia e controle.

O Robson falou, porque já tivemos várias reuniões com o Robson. O Robson está acompanhando esse trabalho nosso da governança há muito tempo. O grande problema do Brasil, independentemente de quem seja o governo, é o centro de governo. O centro de governo não funciona. As tomadas de decisão são erradas, como, por exemplo, quatro refinarias ao mesmo tempo: Abreu e Lima, a refinaria do Ceará, a do Maranhão e o Comperj. Só no Ceará e no Maranhão, nós enterramos R\$3,8 bilhões só para terraplanagem, e está tudo parado. Se nós avaliarmos a Refinaria Abreu e Lima, ela começou com 20 bilhões e vai a 100 bilhões. E

aí há o sobrepreço que nós já encontramos aqui: 2,4 bilhões. Então, são avaliações de risco que não estão estabelecidas. Nessa lei da governança, há que haver um centro de governo que tenha capacidade de tomar decisões, junto com o Planejamento, com a Casa Civil e com a Fazenda, que não tenham perspectivas de perdas como nós temos com as UPAs – mais de 300 UPAs foram abandonadas – e com centenas de creches, feitas e abandonadas.

Eu queria encerrar mostrando a proposta nossa da governança, que é o projeto que nós temos já pronto e para o qual queremos contribuições dos senhores. Até eu quero, com a permissão do Presidente, Raimundo Carreiro, mandar para os senhores a proposta. Há uma contribuição, por exemplo, do Everardo – ou de qualquer um dos senhores aqui, que têm longa experiência no serviço público. Vai ser de grande valia. São 95 artigos que nós criamos, reunindo toda essa complicação, essa parafernália que temos dentro da estrutura do Brasil – muitas são úteis, mas, como o gestor assume, ele não tem o conhecimento de tudo, ele não sabe o que fazer.

Então, nós temos cinco itens – e eu encerro – em relação à questão da governança, ou da lei da governança, ou

do decreto da governança, que estamos trabalhando já há alguns meses. Um é haver um centro de governo, que tem a responsabilidade de tomar a decisão e de ter interação e integração, para fazer as políticas transversais acontecerem na ponta. E este ano nós vamos fazer o Fórum Nacional do Controle – aqui eu agradeço ao Ministro Raimundo, ao Ministro José Múcio e a toda a equipe –, para chamar o controle interno e externo para trabalhar em conjunto na entrega das políticas públicas na ponta, porque quem é empresário – você que dirige a Embrapa e a Embraer, Schneider – faz todo o possível para não perder o que investe. O Brasil faz todo o possível para perder o que investe, ou seja, começa os projetos e não termina. Então, estamos trabalhando com a questão do centro de governo; trabalhando com a questão da liderança, da estratégia e do controle. E, aí, comitê de desempenho, para direcionar, redirecionar como se o Brasil fosse um grande grupo que está competindo com a Índia, com a China, com a Rússia e com outras nações, e verificando quais são os pontos e os gargalos que temos que aperfeiçoar.

Basicamente é isso.

Acho que este grupo aqui – quero agradecer e encerro, Presidente – é

extremamente importante. Todas as críticas são bem-vindas, especialmente quando criticam até a forma de nós trabalharmos. É claro que nós temos que abrir isso. A sociedade não conhece, mas a gente também pune muita gente; a última lista foi de 6,7 mil gestores punidos pelo Tribunal. Então, nós também cumprimos a nossa parte de legalidade. Mas eu acho que a parte de eficiência, eficácia e prevenção é mais importante, e aí a bagagem e a vida de cada um dos senhores poderão ajudar o Brasil a construir uma perspectiva melhor depois dessa crise.

Eu acho que todas as críticas foram extremamente salutares, e eu me sinto feliz. Nós queríamos que esses centros estivessem funcionando há mais tempo, mas agora, com a lucidez do Presidente Raimundo Carreiro e do Presidente José Múcio, é que estamos colocando em prática para aprender também com os senhores.

Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Vamos ouvir agora o Ministro José Múcio Monteiro, Vice-Presidente do tribunal.



MINISTRO JOSÉ MÚCIO MONTEIRO FILHO

Nós precisamos muito dos senhores. Os senhores vão contribuir muito com o Tribunal de Contas. [...] Se não for para nós, vai ser para os nossos filhos, mas nós não vamos deixar de legado este País desmoralizado, desrespeitado e desacreditado em que vivemos.

Minha palavra vai ser muito rápida. Eu sou um Vice modelo antigo – na presença do titular, não falo – e sou fiel aqui ao trabalho dele.

A crise do Legislativo não é um privilégio do Brasil; é um acontecimento do mundo inteiro. Em todos os países do mundo, os Legislativos estão em crise. Eu acho que, por conta da internet, o cidadão se sente o seu próprio representante, através dos sindicatos, através das federações. E, nos países mais desenvolvidos, são trabalhos como este que nós estamos iniciando aqui, dos conselhos, que se transformam como uma ferramenta de trabalho. É a representação da sociedade junto aos órgãos, sem interesses pecuniários, com interesse contributivo, de crítica, como ouvimos aqui, de sugestões, de troca de informação.

Os senhores foram criteriosamente escolhidos, até porque nós não poderíamos ampliar. Os senhores são, cada um, para nós, especialistas; passaram pelo crivo de todos os Ministros. E hoje nós tivemos, nesta manhã, a felicidade de ver que nós mais que acertamos. Estamos honradíssimos com a presença dos senhores.

Durante dois anos eu participei com o Ganz e com o Neto do Conselho, que o Presidente Lula levava a sério. Ele separava quatro, cinco, seis horas do seu dia para participar do

Conselho, como instrumento de trabalho, para ouvir sugestões. Era um laboratório de ideias, colocavam-se as coisas para discussão, se havia críticas, e havia representantes de toda a sociedade. De absolutamente todos os segmentos da sociedade nós tínhamos representantes.

Aquilo foi uma ferramenta importantíssima de trabalho. Não era um instrumento político. Muitas vezes alguns Deputados me criticavam ou criticavam o Governo porque diziam que aquilo estava se transformando num congresso, porque lá nós discutíamos as ideias, e o Presidente lançava suas ideias. Mas havia desinteresse... O interesse era só contributivo, construtivo; não havia a presença do político, que muitas vezes privilegia o voto em detrimento do seu pensamento ou da ideia de cada um.

Eu, quando vi uma palavra que eu nunca tinha visto – “caródromo” – neste papel, eu perguntei se havia essa palavra no dicionário e fiquei pensando aqui que em cada lugar que a gente anda em Brasília hoje é “crisódromo”. Há uma crise instalada no Planalto, em todos os palácios e em todas as casas aqui de Brasília, e, se nós não dermos as nossas mãos e trabalharmos juntos, não vamos sair desta crise, que não é uma das maiores da história; é uma crise sem precedentes. Nós nos desmoralizamos, a sociedade deixou de acreditar no político, deixou

de acreditar na própria sociedade. Estamos vivendo um tempo em que cada que se vire para poder sobreviver, e o coletivo desapareceu.

Nós precisamos muito dos senhores. Os senhores vão contribuir muito com o Tribunal de Contas. Aqui hoje estamos somente o Presidente, o Ministro Nardes, o Ministro Bemquerer e eu, mas todos construíram este momento, para que nós começemos a procurar o caminho. Como muito bem disse Paulo, um dia nós vamos retomar nosso caminho. Se não for para nós, vai ser para os nossos filhos, mas nós não vamos deixar de legado este País desmoralizado, desrespeitado e desacreditado em que vivemos.

Eu queria tomar como fala... Todas foram uma aula, mas eu queria começar pela fala do Ministro Ayres Britto – eu teimo em ser o presidente do seu fã-club e não dou o meu lugar para ninguém.

Acho que nós deveríamos começar... Já que nós vamos falar em controle e nós precisamos preparar as ferramentas de controle para este novo País, eu acho que a primeira coisa que nós precisávamos ver aqui eram os tribunais: o Tribunal de Contas e os tribunais de contas estaduais. Nós precisávamos que os senhores dissessem o que pensam de nós, e nós precisávamos dizer aos senhores o que nós somos ou até o

que nós pensamos que somos, porque pode ser que nós sejamos o que nós não pensamos que somos. Precisamos fazer uma avaliação...

O sr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto (*Fora do microfone.*) – V. Ex^a me permite?

O sr. José Múcio Monteiro Filho – Pois não, Ministro.

O sr. Carlos Augusto Ayres de Freitas Britto – A meu juízo, a Constituição habilita os tribunais de contas a atuarem como instituições de vanguarda, com muito mais poderes do que os reconhecidos atualmente até pelo Supremo Tribunal Federal. O Supremo Tribunal Federal tem sido até reducionista – não é isso, Ministro Velloso? – na interpretação da Constituição quanto às competências, às prerrogativas e também aos deveres dos tribunais de contas. Então, precisamos estudar muito os tribunais de contas, porque a eles está reservado um papel constitucional de primeiríssima grandeza. A Constituição tem sido reducionista – viu, Paulo? – interpretada no que toca às competências institucionais dos tribunais de contas.

O sr. José Múcio Monteiro Filho – É por isso mesmo que, para que comecemos a consertar as coisas, nós

precisamos preparar as ferramentas, e as primeiras ferramentas são os órgãos de controle: a participação do técnico, a participação do político. Essa é uma questão em que precisamos avançar.

Existem alguns projetos em pauta na Câmara e no Senado. Nós precisávamos discutir aqui para ouvir a palavra de cada um desapassionadamente. Eu acho que nós precisávamos fazer algumas modificações. Eu tenho uma tese muito pessoal: acho que são campos diferentes de trabalho, mas a coisa principal para um órgão de controle é a credibilidade. Então, nós precisamos avaliar a nossa credibilidade, já que nós não temos censores, já que nós não temos avaliadores de atuação.

Nós não estamos com todos os nossos problemas resolvidos nem com todas as respostas das questões postas. Pode ser até que pensemos que temos, mas nós precisamos esmiuçar isso, fazer uma radiografia, e foi por isso que os senhores foram escolhidos para falar sobre outros e este tema. Mas, para que nós possamos ter força para falar dos outros temas, nós precisamos primeiramente, Presidente, falar de nós, ouvir a nós, saber onde estão nossas falhas, se nós precisamos ir adiante, se precisamos dar alguns passos para trás. Precisamos avaliar melhor as questões, como muito bem falou aqui Murillo de Aragão.

Eu não ia falar, a fala era só do Presidente e do Nardes, mas eu quis trazer aqui a minha experiência, co-adjuvado por Ganz e por Neto, do Conselho, que foi uma coisa seriíssima, onde se trabalhou muito por este País sem interesse em voto, sem interesse em sair em jornal, sem interesse em sair em absolutamente nada – entendeu, Ana? Saio daqui felicíssimo, porque fomos felicíssimos nas escolhas. E é por aqui, Paulo, que nós vamos procurar a retomada desse caminho que, por hora, nós não sabemos onde está, mas que vão cobrar de nós amanhã.

Parabéns ao Maurício e a toda a equipe do Tribunal, ao Presidente, a Nardes, que teve essa brilhantíssima ideia. Hoje foi uma manhã de trabalho, e nós precisamos combinar as nossas próximas reuniões de trabalho. A minha sugestão para Maurício é que nós comecemos pelos tribunais, o nosso e os estaduais, porque nós temos problemas em alguns tribunais estaduais. Essa questão da participação é importantíssima para podermos chegar com autoridade onde o problema estiver.

Muito obrigado.

O sr. presidente (Raimundo Carreiro) – Antes de encerrar a presente reunião, informo aos Srs. Conselheiros que a Secretaria do Conselho – que é o Maurício, Diretor do Instituto

Serzedello Corrêa – receberá todas as sugestões e solicitações dos Srs. Conselheiros para a discussão dos senhores e também as sugestões de constituição dos comitês e dos grupos de trabalho, o que foi também discutido aqui nesta primeira reunião.

Eu agradeço a presença de todos. Foi uma reunião enriquecedora. Para mim, foi uma honra muito grande conduzir esta reunião, com pessoas tão brilhantes da vida brasileira, de todos os setores.

Como já foi dito aqui, os senhores estão aqui – há apenas três Ministros e o Ministro substituto –, mas todos, inclusive alguns de vocês são testemunha, receberam telefonemas diferentes de Ministros convidando-os para participarem deste Conselho. Então, é um produto do Tribunal, é uma ideia do Tribunal, apresentada pelo Ministro Augusto Nardes, e hoje nós estamos concretizando esse ideal, que é de 2014, agora em 2017. E nós queremos exatamente escutar todos vocês. Nós queremos saber o que vocês pensam sobre nós. E nós queremos prestar o nosso serviço à sociedade da melhor forma possível e com uma palavra-chave: com toda a transparência que nós temos de ter.

Muito obrigado e um bom-dia a todos! (*Palmas.*)

ANEXOS

SITUAÇÕES-PROBLEMA PRIORIZADAS PARA O BIÊNIO 2017-2018

Relação das situações-problemas que estão sendo objeto de ações de fiscalização do Tribunal de Contas da União no biênio 2017/2018. Elas foram selecionadas conforme avaliação de risco de mais de 700 situações-problema identificadas pelos auditores do Tribunal entre os meses de outubro de 2016 e fevereiro de 2017.

1. Baixa efetividade, eficácia e eficiência da Administração Pública na execução das políticas públicas;
2. Risco de deficiências na fiscalização e supervisão das entidades fechadas de previdência complementar;
3. Falta de integração Multimodal na política nacional de transporte;
4. Risco de corrupção na governança dos bancos federais, do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS), da Fundação dos Economistas Federais (Funccef) e da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ);
5. Precariedade na articulação e orientação estratégica pelo Centro de Governo;
6. Baixa articulação das ações federais de segurança nas fronteiras;
7. Alto índice de homicídios no Brasil e com crescimento persistente;
8. Déficit de vagas no sistema prisional brasileiro;
9. Ineficiência e baixa entrega de serviços públicos para população mais vulnerável, afetando a inclusão social de 50 milhões de brasileiros;
10. Risco de deficiências na gestão operacional, financeira orçamentária e patrimonial do Regime Geral de Previdência Social (RGPS);

11. Não atingimento das metas expressas no Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024);
12. Ausência de coordenação intersetorial do governo para a implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) - Agenda 2030;
13. Falta de planejamento nacional dos investimentos em infraestrutura hídrica;
14. Baixa competitividade de produtos e serviços brasileiros;
15. Elevados custos e prazos nas operações de comércio exterior;
16. Elevados riscos à segurança energética do Brasil, implicando em desabastecimento de energia elétrica;
17. Falta de transparência nos desinvestimentos da Petrobras;
18. Obras inacabadas e situação econômico-financeira da Petrobras;
19. Custo das obras acima do planejado devido a alterações contratuais motivadas por deficiências nos projetos;
20. Dependência de aportes e funding do Governo Federal por parte dos bancos públicos;
21. Dificuldades de se calcular prejuízos à Administração Pública no contexto de negociações de Acordos de Leniência;
22. Gestão incipiente da ética e integridade;
23. Deficiências na governança das renúncias de receitas;
24. Sustentabilidade da Dívida Pública e dos seus custos;
25. Falhas e riscos na elaboração e na execução do Orçamento Público;
26. Riscos à credibilidade das Demonstrações Financeiras da União;
27. Baixa recuperabilidade dos créditos tributários e da Dívida Ativa;
28. Novo marco regulatório estabelecido para as empresas estatais - Lei 13.303/2016 - estágio de implementação;
29. Reabertura, por parte do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES), de empréstimos no exterior para investigadas na Operação Lava-Jato;
30. Incapacidade dos órgãos de controle de analisar preço e atestar a conformidade técnica de bens e serviços especializados e de elevado teor tecnológico no âmbito dos projetos estratégicos de defesa;
31. Grande quantidade de Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) inacabadas, concluídas e inoperantes, e operantes em situação precária;
32. Risco de irregularidades em aquisição de medicamentos, materiais médico-hospitalares, equipamentos e materiais permanentes na rede de saúde;

33. Deficiências na concessão de registros de medicamentos pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa);
34. Risco de irregularidades na gestão dos recursos transferidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para apoiar ações do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) por estados e municípios;
35. Governança deficiente no Sistema Nacional de Crédito Rural;
36. Possíveis irregularidades e ilegalidades, bem como risco de danos ao erário, nas mudanças no modelo de concessão dos serviços de telecomunicações prestados em regime público e as alterações na Lei Geral de Telecomunicações (LGT);
37. Não universalização do provimento da internet banda larga no Brasil;
38. Fragilidade nos controles de órgãos e empresas do setor elétrico, incluindo Sociedades de Propósito Específico (SPEs), com potenciais riscos de ocorrência de corrupção e outros atos ilícitos;
39. Ausência de política definida para produção nacional de petróleo e gás natural;
40. Ineficiência do transporte aquaviário;
41. Revisão indevida da tarifa de pedágio da Concessão da BR-116/SP/PR decorrente da execução das obras da Serra do Cafezal;
42. Risco de corrupção nos contratos de afretamento de embarcações no âmbito da Petrobras - manutenção de contratos por disponibilidade geram bilhões de reais de prejuízos;
43. Risco de desvio de finalidade praticado com emendas parlamentares (“pork barrel”);
44. Baixa credibilidade das informações sobre créditos e parcelamentos tributários;
45. Deficiências na prestação de contas sobre o Desempenho Governamental;
46. Desarticulação e fragmentação das políticas públicas específicas para a zona fronteira do Brasil, comprometendo o desenvolvimento dessa região e também a segurança e a defesa nacional;
47. Fragilidade do sistema de controle interno do judiciário;
48. Morosidade do Judiciário e do Ministério Público da União;
49. Oportunidades de melhoria na execução do Programa Calha Norte, em especial na vertente civil;

50. Risco de concessão de bolsas de estudos em desacordo com a legislação - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Universidades Federais);
51. Risco à isenção dos pareceres de avaliação das propostas culturais;
52. Controles internos deficientes na regularização fundiária;
53. Risco de fraude e corrupção no Programa Nacional de Crédito Fundiário;
54. Deficiências na Gestão da Outorga dos Títulos Minerários;
55. Licitações com empresas do mesmo grupo em municípios;
56. Ausência de governança nas compras realizadas pelas Universidades e Institutos Federais, refletindo a fragilidade dos controles internos e gerando maior risco de fraudes;
57. Pagamento de verbas indenizatórias nos conselhos de fiscalização profissional;
58. Maior incidência de casos de corrupção em contratações de TI, que possuem objetos complexos e relativamente intangíveis;
59. Perda de eficiência nos serviços públicos e prejuízos ao erário decorrentes da acumulação indevida de cargos (acumulação não permitida, incompatibilidade de jornada e extrapolação do teto);
60. Baixa eficiência e capacidade de entrega por parte das empresas públicas de TI;
61. Celebração de convênio e ajustens afins acima da capacidade operacional de acompanhamento, fiscalização e avaliação das contas pelo órgão federal oncedente.

Brasília, 21 de junho de 2017.